



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CONJUNTA - FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO / DIREITOS HUMANOS / RELAÇÕES EXTERIORES		
EVENTO: Seminário	Nº: 1603/11	DATA: 06/10/2011
INÍCIO: 09h34min	TÉRMINO: 12h57min	DURAÇÃO: 03h22min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h22min	PÁGINAS: 60	QUARTOS: 41

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ERIC TOUSSAINT – Presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM-Bélgica).
SOFIA SAKORAFÁ – Deputada do Parlamento grego.
PEDRO PAEZ – Ex-Ministro da República do Equador.
MARIA LÚCIA FATTORELLI – Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida — Brasil.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema *Especulação e Crise Financeira, Integração Financeira Regional e Auditoria da Dívida Pública*.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve exposições em espanhol e em grego com tradução simultânea.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júnior Coimbra) - Bom dia a todos!

Declaro aberto o Seminário conjunto da Comissão de Finanças e Tributação e das Comissões de Direitos Humanos e Minorias e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, destinado a debater o tema *Especulação e Crise Financeira, Integração Financeira Regional e Auditoria da Dívida Pública*, resultado da aprovação do Requerimento nº 50, de 2011, na Comissão de Finanças e Tributação, de autoria do Deputado Jean Wyllys, do Requerimento nº 108, de 2011, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, de autoria do Deputado Chico Alencar, e do Requerimento nº 77, de 2011, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, de autoria do Deputado Ivan Valente.

Antes de iniciarmos o evento, gostaria de informar que os nossos convidados falarão em três idiomas — há um convidado belga, um convidado grego e outro equatoriano. Portanto, gostaria de informar aos senhores que o equipamento para ouvir a devida tradução está sendo entregue ali na entrada.

Quero agradecer a todos e parabenizar os nossos Líderes e os autores desses requerimentos pela iniciativa, dada a importância do tema, principalmente em momento de turbulência na economia mundial, especialmente nas economias europeia e americana.

Convido a tomar assento à mesa para os debates os seguintes expositores: Sra. Sofia Sakorafa, Deputada do Parlamento grego; (*palmas*) Sr. Eric Toussaint, Presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo (CADTM-Bélgica); (*palmas*) Sr. Pedro Paez, ex-Ministro da República do Equador; (*palmas*) e Sra. Maria Lucia Fattorelli, Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida — Brasil. (*Palmas.*)

Registro que o Sr. Dimitri Alexandrakis, Embaixador da Grécia, também marca presença no nosso evento. Seja bem-vindo! (*Palmas.*) Registro ainda a presença do Senador Eduardo Suplicy, do Estado de São Paulo, que também participa do debate. (*Palmas.*) Deputada Luiza Erundina, Deputado Paulo Rubem Santiago, Deputada Keiko Ota e demais Parlamentares presentes, sejam todos bem-vindos!



Iniciando o nosso debate, a nossa exposição, passo a palavra para a Deputada grega Sofia Sakorafa por até 15 minutos. Antes de passar a palavra para a Deputada, vou expor aqui os itens do regulamento deste evento.

Para o bom ordenamento dos trabalhos, adotaremos os seguintes critérios:

Cada um dos expositores terá até 15 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser apartado durante a exposição.

Serão autorizadas inscrições com os seguintes critérios de preferência: autores dos requerimentos, membros das Comissões de Finanças e Tributação, de Direitos Humanos e Minorias e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; havendo tempo, os demais Parlamentares.

Somente após a exposição dos convidados, passaremos ao debate. Os autores dos requerimentos terão 15 minutos pela interpelação. A cada um dos Deputados inscritos será concedido o tempo de 3 minutos para as indagações. Serão permitidas a réplica e a tréplica, também pelo prazo de 3 minutos.

A nossa equipe técnica está solicitando que alteremos a ordem dos debatedores, pelo fato de o pronunciamento da nossa Deputada Sofia Sakorafa ainda estar sendo traduzido e ainda não ter como ser feita a sua exposição. Passamos, portanto, para o segundo debatedor. E, na sequência, nós voltaremos à Deputada grega.

Com a palavra o segundo debatedor, o Presidente do Comitê pela Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, Sr. Eric Toussaint.

O SR. ERIC TOUSSAINT (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*) - Muito obrigado. Eu estou muito contente de estar aqui com vocês hoje neste Congresso no Brasil.

Vou falar um pouco mais sobre a crise atual. É claro que estamos enfrentando uma crise do sistema capitalista global. E esta crise tem várias vertentes: uma vertente financeira, uma vertente econômico-produtiva, uma vertente climática, uma vertente alimentar e também uma vertente a nível da governabilidade, uma crise de governabilidade, a crise de legitimidade do G-8, que teve a necessidade de se ampliar para o G-20, que também não é um órgão legítimo porque não é um organismo com mandado das Nações Unidas.



Eu vou me concentrar na parte da crise financeira. É fundamental ter em conta estes números para que possamos ter uma ideia da amplitude das dívidas a nível global.

As dívidas privadas, públicas, internas e externas, a nível mundial, atingem 158 bilhões de dólares — quero dizer 158, e temos que somar 12 zeros a essa cifra para chegarmos a esse volume. Uma quarta parte disso é dívida pública, três quartos são dívida privada.

Um dado muito importante também: o total da dívida pública externa de todos os países do Terceiro Mundo atinge somente a porcentagem de 1% — repito, 1% — da dívida global a nível mundial. O que quero dizer é que um repúdio ou uma anulação dessa dívida externa pública por parte dos países do Terceiro Mundo — e ao Terceiro Mundo, nesses dados, somam-se China, Rússia, certamente, Brasil, etc. — é perfeitamente factível. É uma gota num oceano das dívidas a nível mundial.

Se visitamos os países, vemos que as dívidas externas públicas de países europeus ou dos Estados Unidos são maiores do que a dívida dos países do Terceiro Mundo. Podemos ver que a dívida pública externa dos Estados Unidos é de 3.500 bilhões de dólares, duas vezes e meia o total da dívida externa pública dos países do Terceiro Mundo. A dívida pública externa da França é três vezes a dívida externa pública de toda a América Latina.

Dando seguimento, é claro que o problema fundamental são as dívidas privadas e as dívidas públicas nos países do Norte.

O segundo ponto que eu gostaria de expor é que, tendo em conta — como foi mencionado pelo Presidente desta reunião pública no Congresso — que o centro da crise é a Europa e os Estados Unidos, isso gera, nos países do Sul, por parte de vários governos, um certo nível de euforia e de satisfação com a ideia de que as economias do Sul estejam blindadas frente à crise que atravessam os países do Norte. Mas, na verdade, é muito mais complexo. Não foram modificadas as relações ainda entre o centro e a periferia a nível mundial. E a bonança que conhecem países como o Brasil, a Argentina, países exportadores de petróleo, de soja ou de outros alimentos, outras *commodities*, tem muito a ver com os altos preços das *commodities* nas bolsas de valores de futuro nos países do Norte — a bolsa de valores de futuro de Chicago, por exemplo.



Esse nível alto dos preços das *commodities* tem muito a ver com a especulação financeira a nível mundial. Grande parte da liquidez que estava sendo investida no setor imobiliário nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha, na Espanha, na Irlanda, até a crise do ano de 2007, grande parte da liquidez mudou para os mercados de *commodities*. E os preços se mantiveram extremamente altos, apesar da recessão mundial existente. A recessão mundial, pelo menos nesses países do Norte, teria que ter baixado os preços das *commodities*. E isso não aconteceu por conta da especulação. Essa especulação, certamente, está aliada a uma bolha especulativa sobre *commodities*. Essa bolha vai estourar em um dado momento. Os preços das *commodities* vão despencar. Quando isso acontece? Não sabemos. Em 6 meses, em 1 ano, na próxima semana, daqui a 2 anos? Não temos essa informação, pode acontecer a qualquer momento. E não podemos perder tempo para blindar as nossas economias frente a esse desafio.

O segundo ponto é que as taxas de juros dos bancos centrais do Norte são, no mínimo, históricas. A reserva federal dos Estados Unidos concede crédito a 0,25%, enquanto no Brasil vocês sabem que a taxa de juros é de 12%. Nos Estados Unidos é 0,25%, e na Europa, hoje, é de 1,5%. O que quer dizer isso? Quer dizer que Brasil e Chile, que têm acesso aos mercados financeiros, podem refinar sua dívida externa, contratando créditos para fazer o rolamento de sua dívida externa nos Estados Unidos, a um preço muito baixo.

Mas isso também pode mudar. A Reserva Federal dos Estados Unidos pode decidir — o que já foi feito em 1979 — quadruplicar a taxa de juros de um dia para o outro. Certamente isso não será feito nos próximos 2 anos. Temos ainda tempo disponível. A Reserva Federal seguramente vai manter, pelo menos esse é o discurso oficial, até 2013 taxas de juros muito pequenas, para tentar sustentar a economia norte-americana. Mas também, frente a um agravamento da crise, essa política da Reserva Federal pode mudar.

Também, com a enorme liquidez, há investimentos de curtíssimo prazo, feitos nas bolsas de valores, com ida e volta. Os senhores sabem que os capitais que entraram na BOVESPA em 2010 já estão saindo, e a BOVESPA caiu 22%, acredito, no ano de 2011. Quer dizer, são capitais que vêm e saem, e isso pode também levar choques exógenos às economias do Terceiro Mundo.



Como eu dizia, no caso do Brasil, é claro, há uma certa euforia. O Brasil concede um empréstimo à Grécia, o Brasil concede crédito ao Fundo Monetário Internacional; mas ao mesmo tempo, se somarmos o pagamento da dívida interna e externa pública, juros e amortização de capitais, 49%, de acordo com a Auditoria Cidadã da Dívida do Brasil, vai para o pagamento dessa dívida, o que não aparece obrigatoriamente no Orçamento oficial, porque não se apresenta nesse momento o rolamento da dívida, e sim somente o pagamento dos juros dela.

Bom, a conclusão, neste ponto, é de que os países do Terceiro Mundo teriam de aproveitar a conjuntura, que é favorável, para se blindar; acelerar, por exemplo, a criação do Banco do Sul, para depositar no Banco do Sul uma parte das suas reservas e poder autossustentar-se, numa integração latino-americana favorável aos povos da América Latina, não dependendo mais do FMI, do BID — que não é um banco latino-americano; é um banco dominado por países do Norte, com participação latino-americana. Então, seria bom haver neste momento o banco latino-americano de integração.

Já vamos para a próxima parte da minha apresentação. Vou falar da Europa, mas, por 2 segundos, sobre o Equador. É claro, o Equador, um país pequeno, pensamos, de algum modo dá um exemplo, não somente para a América Latina mas para todos nós, para todos, por exemplo, os europeus. Estamos vendo, nós da Europa, o Equador como um exemplo a ser reproduzido na Europa, pelo que foi feito pelo Governo do Equador no ano de 2007, criando a Comissão Presidencial de Auditoria da Dívida, da qual Maria Lúcia Fatorelli e eu fizemos parte, em 2007 e 2008.

E vemos, esse gráfico é claro, que graças à suspensão do pagamento, que em 2009 se transformou na anulação de 70% da dívida externa soberana, em forma de bônus, 70% de redução, isso permitiu um aumento enorme dos gastos sociais no Equador. Vemos claramente aqui o aumento dos gastos sociais, em relação ao PIB. Aumentam de maneira muito forte em 2008, 2009 e 2010.

Então, na Europa, como eu dizia, estamos olhando o Equador como exemplo em países como a Grécia, mas não somente a Grécia; também Portugal, Itália, Espanha e Irlanda já criaram comitês de iniciativa cidadã para uma auditoria da dívida, para chegar a uma suspensão, a uma moratória unilateral, e redução da



dívida ilegítima, anulação da dívida ilegítima, porque também na Europa temos dívida ilegítima. É ilegítima porque grande parte da dívida atual europeia é produto de 30 anos de neoliberalismo, que os senhores certamente conheceram, e conhecem muito bem. Na Europa — e o mesmo acontece nos Estados Unidos — houve, durante 20 anos, redução de impostos para os ricos, sobre os lucros das transnacionais e grandes empresas privadas ativas, na Europa. Isso gerou uma redução de receitas fiscais, que tiveram de ser complementadas por endividamentos públicos para financiar o orçamento normal dos Estados europeus.

Essa dívida é o resultado de uma política de classe que favoreceu de forma sistemática a classe capitalista, os mais ricos, os mais abastados, e fez também com que os Estados tivessem de aumentar sua dívida pública, e aumentar também os impostos indiretos e o IVA, que pagam sobretudo os mais pobres. Em seguida a dívida pública na Europa estourou, com o resgate das bancas privadas, nos anos de 2008, 2009, 2010 e hoje em dia.

Venho da Bélgica. Acho que os senhores souberam que há 2 dias o banco franco-belga Dexia esteve à margem da falência, pela segunda vez em 3 anos, e que os Estados belga e francês decidiram outra vez injetar dinheiro no banco e criar, ao lado de um banco reestruturado, um banco podre, com todos os títulos podres, à custa do tesouro público da França e da Bélgica. Isso significa que, em 3 anos, temos uma explosão da dívida pública na Europa por conta do resgate bancário, de bancas que utilizaram todas as possibilidades da desregulação financeira para obter lucro em curto prazo, de forma totalmente aventureira. Então, essa nova dívida pública por conta do resgate bancário para nós é também uma dívida ilegítima.

Os senhores também na América Latina atravessaram essas etapas. A “Crise Tequila”, no México, em 1994, levou ao resgate bancário. Houve resgate bancário no Brasil. Houve resgate bancário no Equador em 1999 e 2000.

Os mercados financeiros estão chantageando de maneira permanente países como Grécia, mas também Portugal, Irlanda, e agora Bélgica, Itália e Espanha. E há uma espécie de manipulação que não posso descrever aqui, que se chama vendas a descoberto de títulos da dívida pública, ou venda de CDS, os *Credit Default Swaps*, num mercado totalmente desregulado.



Outra comparação que podemos fazer com a AmÉrica Latina é a de que agora o FMI entrou no desenho das políticas do Estado soberano. Agora o FMI, dentro do marco da Troika, com a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, está dizendo a Grécia, Portugal e Irlanda quais devem ser as suas políticas, exatamente como ocorreu na AmÉrica Latina, quando o FMI e o Banco Mundial utilizaram os planos de ajuste para ditar o Consenso de Washington. Esse mesmo Consenso de Washington implanta-se na Europa hoje em dia, com os mesmos resultados: recessão, recessão econômica e degradação das condições de vida dos povos europeus. Também por isso é ilegítima.

Bem, a Grécia eu vou pular, porque Sofia vai comentar e tenho de terminar.

Também temos de dizer que o Poder Legislativo, nos 3 anos últimos, na Europa, tem sido marginalizado. Na Grécia, o Parlamento não votou integralmente o memorando com a Troika. Isso quer dizer que não é um estatuto constitucional legal o memorando ditado pela Troika à Grécia.

Termino dizendo o seguinte: nós da Europa queremos aprender da AmÉrica Latina as experiências, o modo como os povos e os governos progressistas da AmÉrica Latina enfrentaram a crise do neoliberalismo durante os 30 últimos anos. Queremos apreender e reproduzir a experiência do Equador. E por isso estamos aqui, para ouvir os senhores, para aprender com os Parlamentares aqui, com os representantes dos movimentos sociais, e para criar uma ponte entre os movimentos da AmÉrica Latina e os movimentos da Europa, para juntos encontrarmos uma solução radical e justa socialmente para o problema da dívida pública ilegítima.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júnior Coimbra) - Gostaria de informar que o tempo para cada debatedor é de 15 minutos, e o tempo utilizado pelo Sr. Eric Toussaint foi de 20 minutos. Que seja então utilizado esse limite aqui, com uma tolerância de 5 minutos, no máximo 10, porque são muitos debatedores, muitos interpeladores, senão se vai protelar por muito tempo a realização desta audiência.

Passo a palavra agora para a segunda palestrante, a segunda debatedora, a Sra. Sofia Sakorafa, Deputada do Parlamento grego, por até 15 minutos.



Quero informar que esta reunião está sendo transmitida e gravada para posterior transcrição. Peço que os oradores falem ao microfone para não haver dificuldades depois, na gravação.

A SRA. SOFIA SAKORAF (*Exposição em grego. Tradução simultânea.*) - Bom dia a todos. Agradeço muito o convite para estar hoje aqui com os senhores.

Em princípio, quero dizer que a descrição do cenário mundial feita pelo senhor é impressionante. Descreveu de modo muito real o que acontece neste momento no meu país.

Peço permissão para ler o texto, para que o tradutor possa transmitir exatamente o que quero dizer, porque a língua grega é rica, mas também muito difícil em suas expressões.

Senhoras e senhores, colegas, prezados convidados, é uma grande honra estar aqui participando de discussões e procedimentos organizados pelo Parlamento deste País, o Parlamento de um País com grande história, de um povo com longa tradição na luta pela democracia.

É especialmente valiosa esta ponte de comunicação que se desenvolve entre nós, uma ponte que carrega conhecimento e experiências, uma ponte que compõe opiniões e enriquece análises, uma ponte na qual se encontram os grandes problemas dos nossos povos, com a perspectiva da busca para que se revelem soluções baseadas na justiça social e nos direitos democráticos dos povos, para o progresso e a prosperidade.

Senhoras e senhores, nos últimos 3 anos o planeta está sendo abalado por uma crise inédita, de imensa profundidade e extensão. Na minha opinião, estes últimos anos não são os que geraram a crise, mas sim aqueles em que vemos as consequências de uma crise longa e profunda, que começou há muitos anos.

O desmoronamento do sistema creditório é consequência de uma longa crise de encolhimento do capitalismo, que começou na década de 70. Desde os meados da década de 70, os índices de desenvolvimento e crescimento dos Estados Unidos, da Europa e do Japão caíram pela metade, em relação aos 30 anos anteriores, sem se recuperarem desde então.

O surgimento do neoliberalismo do estilo Thatcher e Reagan, o precursor da globalização, veio exatamente com um pacote de medidas para enfrentar essa crise.



As medidas tinham como objetivo a intensificação da competição no mercado mundial, ato que concordava com as medidas que adotavam as grandes empresas. Tinham também o objetivo de alterar o equilíbrio do poder econômico e social entre as classes capitalista e trabalhista, em favor da primeira.

Aos poucos as medidas tornaram-se regras e levaram-nos ao estabelecimento das novas condições financeiras que usualmente interpretamos como globalização. Paralelamente, os mercados creditórios em expansão tornaram-se antídoto para os cada vez mais encolhidos mercados comuns. Chegando aos dias atuais, constatamos que temos de lidar com uma longa crise estrutural e com a tentativa de administrar e superar esta crise pela via da globalização, de um lado, e do desenvolvimento dos mercados creditórios, do outro. Porém, o sistema creditório desmoronou, e o diagnóstico dos sintomas da globalização foi bem claro: os pobres tornaram-se mais pobres ainda, e vão ser rejeitados; os ricos, mais ricos ainda; a insegurança vem crescendo, os ritmos de desenvolvimento são baixos e o meio ambiente é prejudicado.

E essas consequências estão bem claras não apenas para os países emergentes, também para os países desenvolvidos. A pergunta que prevalece é: existe solução alternativa para os problemas financeiros da economia mundial capitalista?

Nesse ponto, temos de notar o fato de que a dominação do neoliberalismo e o crescimento dos mercados são resultado da correlação das forças políticas e econômicas do mundo desenvolvido. Se o neoliberalismo parece ser inevitável, isso é porque traz benefícios e lucros para a classe que domina a vida política e econômica nas 2 últimas décadas. A conclusão então é de que, enquanto o equilíbrio do poder político-econômico permanecer em favor da classe capitalista, o neoliberalismo será preservado.

Em relação aos países pequenos, é uma grande e elaborada mentira dizer que não existe espaço para outra política. Talvez eles não tenham as mesmas possibilidades de intervenção que os grandes países têm, mas as de que eles dispõem não são nada fracas, como comprovou a decisão da Malásia de fiscalizar o movimento dos capitais, após a crise na Ásia nos anos de 1997 e 1998. O país não se afastou do mercado mundial, nem teve execuções financeiras piores do que a



dos outros países da região que se submeteram à terapia do FMI, mas conseguiu salvar uma parte do custo que essa terapia neoliberalista implicava.

O exemplo mais recente de um país que administrou a dívida pública e os déficits com uma lógica política diferente é o do Equador. A formação da Comissão de Fiscalização das Finanças, com a negação do pagamento da ilegítima dívida, foi uma escolha que beneficiou o povo e fortaleceu o país.

Hoje, então, estamos encarando um dilema: de um lado, o neoliberalismo, que manda mensagens para todos os lados de que precisamos ainda mais dele, até a queda final; do outro lado, a escolha de outro modelo, que seria mais racional e mais justo para a sociedade, e que pode surgir por meio de uma vasta reforma, tanto social quanto política.

Hoje, diante desse dilema que é inevitável e que estamos sendo convocados a responder, em princípio teremos de responder sem afastar o problema e sem colocá-lo em outra época que, deterministicamente, ainda está para vir. Essa é uma resposta metafísica, que pode atender à fantasia mas destrói a realidade. Estamos sendo convocados a responder com políticas econômicas e sociais, com propostas que tenham um núcleo coordenado e a possibilidade de convencer os povos. Essas propostas têm de ser destinadas à limitação do capital e ao fortalecimento da posição social e política dos povos. Essas propostas terão de contribuir para a reforma geral da sociedade, que será impossível sem uma presença mais forte, social, econômica e politicamente, dos povos.

Como consequência de tudo isso, gostaria de enfatizar os seguintes pontos: o capitalismo, como sistema social, caracteriza-se pela progressiva comercialização de tudo, mas principalmente pela comercialização do poder trabalhista, do dinheiro e da terra. Isso, em nível político, e na realidade atual, caracteriza-se pela criação de mecanismos sólidos que derrubam as normas democráticas e a liberdade. Isso é mais que visível na Grécia, por causa do imenso aguçamento da crise. Portanto, as propostas que limitam a possibilidade do sistema de garantir os requisitos acima citados contrariam a lógica do sistema e criam espaço para importantes mudanças sociais.

A resistência à dominação do dinheiro e do sistema creditório não tem apenas o caráter de defesa e de limitação da ganância dos oportunistas. Contém,



principalmente, a negação de resolver os problemas financeiros com soluções dos mecanismos sistêmicos, soluções que produzem pobreza, degradação, liquidação das fontes de riqueza dos países, demolição dos direitos e dos bens sociais.

Com essa lógica como base, permitam-me considerar a proposta de fiscalização das finanças como uma proposta revolucionária, revolucionária nos seguintes níveis: econômico, político, procedimental, de independência nacional e institucional.

Explico: no nível econômico, a dívida pública bate nesta hora no coração da crise da zona do euro. A dívida pública grega, que é muita alta, durante anos tem aumentado muito, desde 2009. A dívida irlandesa vem aumentando gradualmente desde o momento em que se lhe acrescentaram as dívidas dos bancos privados. Portugal e Espanha correm o perigo de seguir o mesmo caminho. É bem provável que tendências assim possam aparecer em outros países europeus também, como já aparecem na Itália e até mesmo na França.

A crise de 2007/2009 levou a imensas despesas, tanto por causa do salvamento do sistema creditório quanto por causa da redução da produção e do aumento do desemprego. Na periferia da zona do euro, as coisas foram muito piores, enquanto a moeda comum enfraquece os países periféricos, levando-os a grandes déficits nas transações atuais, assim como aconteceu na Grécia.

O aumento da dívida pública levou muitos governos europeus à adoção de políticas de frugalidade. Gastos públicos foram cortados, inclusive os que estavam designados para saúde e educação. Salários e aposentadorias foram reduzidos. As taxas extras foram aumentadas. Tudo isso na Grécia já tem passado dos limites. O custo da crise foi transferido para as costas do povo, que nada tinha a ver com a crise de 2001/2007. Na Grécia, essa transfusão recebe dimensões catastróficas, junto com a queda da renda e o desemprego em massa.

A Comissão simplesmente abre o caminho para duas outras direções: primeiro, a de que paguem os responsáveis; segundo, a da avaliação logística da dívida, que tem de haver, na aquisição de empréstimos futuros. Temos de colocar condições e margens para que o futuro empréstimo se submeta à fiscalização democrática e ao planejamento antropocêntrico.



No nível político, promove uma percepção política totalmente diferente, já que a pergunta não é mais se a Grécia pode pagar a dívida, mas se e qual parte deverá pagar. Essa nova percepção anula a submissão aos oportunistas credores com promessas de que vamos pagar tudo. Essa nova percepção libera forças da regra do caminho de uma mão e os seus temores. Essa nova percepção enfraquece politicamente e financeiramente direções que, para se tornarem um apoio do sistema, abusaram do povo grego. Essa nova percepção é provavelmente a pequena razão que vai contribuir com a sua própria força e dinâmica para a grande questão que é o conhecimento e a conscientização política.

No nível procedimental, a Comissão adquiriu carne e osso apenas no ponto da sua contribuição e da sua ação na sociedade na medida da organização do seu movimento. A Comissão não é um conselho de sábios do tipo fechado. Não é mais um conselho governamental que cobre e esconde as situações. É um grande movimento dos sindicatos das organizações e dos cidadãos, que assumem a responsabilidade das suas vidas. Não tem guardiões, já que pertence à sociedade. É democrática, já que surgiu da sociedade.

No nível institucional, é um direito democrático e sagrado que os cidadãos têm o de saber por que e como foi causado isso que eles têm de pagar hoje. Esse procedimento destrói toda doutrina outra de responsabilidade coletiva e de culpa, e abre o caminho para o começo da responsabilidade, que é o princípio básico da instituição democrática, em contraste, sempre, com a doutrina da responsabilidade coletiva, da punição coletiva, que é o princípio da percepção fascista.

No nível de independência nacional, é claro que a negação do pagamento aos oportunistas emprestadores é a quinta-essência para a independência nacional de um povo. É também claro que hoje a minha pátria se encontra com o seu poder nacional reduzido, já que está no papel de mandatária dos oportunistas e dos interesses que eles atendem, de mandatária e sob a guarda de outros países, ainda por cima com a aceitação do Primeiro-Ministro Giorgos Papandreou, que, depois do seu encontro com Nicolau Sarkozy, desceu a bandeira do país, declarando-o como protetorado. Os *gaulaiders* estabelecem-se no meu país, e isso forma para o governo grego uma evolução evidente, parte de um acordo, um acordo vergonhoso.



Uma vez, meus senhores e senhoras, tinha caracterizado a Comissão como uma rachadura no sistema. Hoje estou convencida de que se trata de algo muito maior. Trata-se do passo tático necessário para duas vitórias importantes: a primeira, o fortalecimento político, social e econômico dos povos; a segunda, como consequência da primeira, uma mudança da correlação das forças políticas. Trata-se de duas vitórias estratégicas, uma de qualidade e a outra de quantidade. Nas circunstâncias atuais, tamanha mudança não constitui revolução, mas é revolucionária.

Senhoras e senhores, sabemos muito bem na Grécia que os olhares do mundo inteiro estão voltados para o nosso país. E eu digo que o olhar do povo grego está voltado para qualquer lugar no planeta onde se manifestem propostas e sugestões que tragam a dinâmica da prova, e o momento crítico da contribuição dos senhores encontra-se na imensa possibilidade que os senhores têm, a possibilidade da prova.

É muito importante conseguirmos percorrer juntos a região viva da história e da memória, compreendendo que o que aconteceu no Equador, na Argentina, no Brasil, na Irlanda, amanhã pode acontecer na Grécia, em Portugal, na Espanha. A prova está aqui, e vem da AmÉrica do Sul.

Senhoras e senhores companheiros, gostaria de parar um pouco na necessidade da prova. Infelizmente, é verdade, e é a verdade atual, o fato de que as anulações das visões para um mundo melhor mergulharam os povos na doutrina do “se uma visão foi evitada, então me contento com a realidade”. Os povos foram testemunha da anulação de todas as suas visões alternativas. Por isso precisamos de uma prova, simples, compreensível, fácil de conseguir; ou seja, a confirmação do poder e a verificação de uma proposta por meio de um acontecimento que já é uma prática histórica e política, porque antes do procedimento, do movimento que se espera da Comissão, existe a necessidade de convencer que em algum momento, em algum lugar do planeta, as coisas aconteceram de modo diferente, e aqui na AmÉrica do Sul nasceu essa prova.

É nosso dever, tanto histórico como político, transformar essa prova em guia teórico de ação. Essa será a grande contribuição dos senhores. E não é por acaso que essa prova foi documentada, e continua sendo, por países que se encontram



embaixo do hipogástrio macio da metrópole do capitalismo, porque nenhum presente político é estranho a um passado histórico. Da dor nasce a sabedoria. Da pressão nasce resistência. A sabedoria e a resistência geram novos mundos.

Senhoras e senhores, estando aqui, no Parlamento dos senhores, sinto a necessidade de ler uma poucas palavras do epitáfio de PÉricles, que, junto com Clístenes, é o pai da democracia. E nesse berço da democracia, exatamente do jeito como deveriam ser os parlamentos de todos os países independentes, essas palavras e seu sentido vêm de 2.500 anos atrás. Diz PÉricles: *“E o nosso regime político chama-se democracia pelo fato de que o governo do país se encontra não nas mãos dos poucos, mas sim nas mãos dos muitos”*.

Com esse depoimento crescemos na Grécia, e por essa razão sabemos que o caminho que leva ao amanhã, o caminho onde o governo do país se encontrará nas mãos dos muitos, passa pelas feridas do hoje, pelas feridas do meu povo e da minha pátria. Traçaremos esse caminho, e para que isso aconteça os nossos povos não podem, em nenhum momento, parar de serem companheiros de viagem.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Quero enaltecer, além dessa presença honrosa de Eric Toussaint, da Bélgica, a presença da nossa Sofia Sakorafa, que acabou de nos trazer essas palavras tão lindas, e não falou em grego; para nós, falou em idioma latino-americano. E também temos aqui Pedro Paez, do Equador, com quem eu brincava: o Equador agora é o guia genial dos povos, já que fez auditoria da dívida (*risos*).

O SR. PEDRO PAEZ (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*) - É uma construção coletiva, companheiros da AmÉrica Latina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Sim. (*Risos.*)

O SR. PEDRO PAEZ (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*) - Os povos do mundo estão despertando, sim. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Muito bem.

Também estão aqui presentes neste seminário internacional que a Câmara dos Deputados tem muito orgulho de abrigar, e peço até que se apresentem, levantando o braço: Angel Furlan, da Argentina (*palmas*); Cecile Lamarque, da Bélgica (*palmas*); Daniel Munevar, da Colômbia (*palmas*); Guillermo Berganza, da



Argentina (*palmas*); Jorge Maquine, da Argentina (*palmas*); Jose Acunha, da Venezuela (*palmas*); Julie Duchatel, da Suíça (*palmas*); Kjetil Abildsnes, da Noruega (*palmas*); Miriam Ayala, do Equador (*palmas*); Ramiro Chimurris, do Uruguai (*palmas*); Romulo Torres, do Peru (*palmas*); Waldo Gomez, da Bolívia (*palmas*); William Gaviria, da Colômbia (*palmas*); e Konstantinos Bitsanis, da Grécia (*palmas*).
Bienvenidos, bienvenue, welcome.

Pedro Paez tem a palavra.

O SR. PEDRO PAZ (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*) - Muito obrigado. Estou muito contente por poder participar com os senhores destas reflexões. Meus reconhecimentos à equipe do CAD, à Sra. Maria Lúcia, e também aos companheiros do Parlamento brasileiro, que abriram as portas para este diálogo que, eu creio, agora resulta imprescindível.

Vou-me permitir apresentar aos senhores uma visão um pouco mais urgente do que a que foi apresentada pelos meus companheiros de painel há pouco. Como temos pouco tempo, vou utilizar o computador, para evitar repetições.

Com sua permissão, vou ficar aqui, de pé. Desculpem-me a informalidade. Os senhores verão que, apesar de eu ter certas responsabilidades diplomáticas, não é meu ofício isso de ser diplomático.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu creio que é muito importante apreciar essas perspectivas de urgência, porque, como bem disse antes Eric, estamos em uma situação em que podemos cair prisioneiros de nossas ilusões e dos nossos bons desejos. Aqui é necessário rapidamente dar respostas às pessoas. É necessário criar capacidades imediatas que permitam enfrentar esses vetores potenciais de crises que pairam sobre o continente.

Necessitamos avançar sobre esses aspectos que mostram que boa parte da conjuntura relativamente “suave”, entre aspas, que temos tido nestes anos, devem-se a fatores externos. E já foi mencionado aqui que há um problema de contração dos mercados de exportação, que pode estar relativizado, em boa parte, por sinais equivocados, devido à especulação nos mercados de derivados financeiros, e não nos mecanismos fundamentais de funcionamento de cada uma das *commodities*.



Temos, por outro lado, uma contração de crédito, que resulta particularmente grave quando temos boa parte do sistema bancário, do sistema financeiro latino-americano transnacionalizado, ainda, depois de décadas de políticas neoliberais; e, finalmente, o tema da generalização das bolhas, generalização que se está dando nos mercados externos, mas também nos mercados internos, constituindo fatores endógenos, agora, de ansiedade, de pressão, de angústia sobre a nossa balança de pagamentos, que vem de uma matriz histórica de dependência, dado que necessitamos angustiosamente obter dólares.

Boa parte da obtenção desses dólares, companheiros — e este é um ponto que tem sido muito pouco tratado —, boa parte dessa angústia pela obtenção de divisas estrangeiras vem de demandas artificiais, totalmente desnecessárias; boa parte das transações que realizamos, incluindo as transações entre países latino-americanos, estamos sendo obrigados, de maneira desnecessária, a realizar em dólares, em euros, e por intermédio da Reserva Federal dos Estados Unidos, inclusive as transações que se realizam entre os bancos centrais. Inclusive as transações oficiais estão obrigadas a ser feitas por um monopólio privado que se chama SWIFT, com a participação de correspondentes bancários norte-americanos e passando pela Reserva Federal.

Só como uma anedota, para alegrar a reunião: um dos correspondentes privados mais importantes da América Latina até pouco tempo era o Wachovia, de propriedade agora do Sr. Warren Buffett, e o Wachovia não apenas quebrou, logo após ter sido classificado como duplo A pelas agências de classificação de risco, como está enfrentando procedimentos judiciais — obviamente, com um sistema norte-americano muito tendente a seu favor — por lavagem de dólares! Somente no que aparece na investigação, reconhece-se ter sido lavado, do dinheiro do tráfico de droga, o equivalente a oito vezes o produto interno bruto do Equador, por casas de câmbio mexicanas!

Os senhores podem averiguar, companheiros, quem são os correspondentes bancários privados dos bancos privados brasileiros, e dos bancos públicos também. Isso é parte da transparência, que vale a pena levar em conta.

Sobre essa situação, temos tido uma retórica generalizada entre os gurus da economia, mas também nos meios oficiais, de que o pior da crise já passou, e de



que houve uma recuperação, e inclusive setores da Esquerda estiveram insistindo nisso.

Os indicadores macroeconômicos e os indicadores financeiros são enganosos, porque não tomam em conta o papel das injeções artificiais de liquidez geradas quase do nada, pela via da criação de moeda fiduciária pela Reserva Federal e pelo próprio Banco Central Europeu, e porque os técnicos, os gurus da economia dizem agora que é pecado mortal dar dinheiro, dar créditos soberanos desses países para políticas de pleno emprego, para recuperar a ciência, a tecnologia, a cultura, e garantir a convivência pacífica entre os povos, mas disseram que era absolutamente técnico e absolutamente necessário dar milhões e milhões de dólares aos mesmos banqueiros que por corrupção e por incompetência levaram o mundo à situação que temos hoje.

Bom, parte fundamental do problema é o fato de que esse remédio fez piorarem as coisas. Essa injeção multibilionária de dólares, esses milhões de milhões — na verdade, são trilhões em português, não é? — não foram aplicados no aumento de crédito e no relançamento da economia, mas sim reproduziram a crise, em termos de bolhas financeiras, com os mesmos atores controlando os preços em alta e os preços em baixa. O volume é tão colossal que, sobre os 117 milhões de milhões de dólares, aos quais Eric fazia referência, do total das dívidas públicas e privadas no mundo, em comparação com os 63 milhões de milhões do produto interno bruto mundial, quero dizer com isso, uma relação de dívidas, a economia real multiplicada por dois, frente a isso, os derivados financeiros estão numa ordem de magnitude de 1.500 bilhões de milhões dólares *versus* 63.

Então, essa representação da representação da riqueza real, através dessas dívidas, desses ativos tóxicos, desses derivados financeiros, deslocou de forma estrutural o funcionamento básico dos mercados, os preços das *commodities*, incluindo preços qualitativamente delicados, como é o caso da energia, ou dos alimentos, ou dos metais preciosos, que estão no coração do sistema de confiança mundial, ou de pagamentos mundiais, como os tipos de câmbio que estão agora atrasados porque não refletem os custos de produção e a escassez que se dá por conta de diferentes estações. Eles passam um sinal equivocado à decisão dos especialistas em todos os agentes — indivíduos, empresas, Estados etc. —,



inclusive o manejo dos inventários, o risco do descalabro, o risco de interrupção nos processos logísticos cada vez mais sofisticados devido à globalização de provisão de produtos elementares como os alimentos, como se vê, agora, o caso da África, com muitos mortos por causa dessa situação.

Ao mesmo tempo, os banqueiros, que entram com bônus multimilionários, ainda assim contam com bônus multimilionários e aumentam seu patrimônio em âmbito mundial.

O segundo elemento que vale ser ressaltado como chave para entender essa conjuntura é o fato de que a origem da infecção, que a princípio estava concentrada no eixo anglo-americano, que estava basicamente ligada às hipotecas de segunda, ou a *subprimes*, agora se generalizou. Existe uma metástase, um câncer espalhado das hipotecas residenciais, das comerciais, das *primes* e das *subprimes*, do eixo americano à Europa continental, do desenvolvimento de bolhas imobiliárias em todas as partes do mundo sobretudo nos BRICs, sobretudo na semiperiferia. A situação das hipotecas e dos empréstimos estudantis e de veículos, nos empréstimos a empresas e aos governos federais, regionais e provinciais está nas mãos generalizadas da insolvência.

Não podemos então pretender que as coisas voltarão à normalidade, que os mecanismos de mercado possam efetivamente estar refletindo o funcionamento da economia real dentro de um horizonte previsível. É um elemento grave, gravíssimo, em torno das decisões econômicas e de um horizonte imediato de evolução de fatores exógenos que incidem sobre a nossa estabilidade, estabilidade que não é somente financeira e econômica, mas também é democrática.

Por isso que se faz importante não somente estudar a crise do capitalismo, mas também o capitalismo de crise, como certos setores do capital podem beneficiar-se, podem levar a água aos seus moinhos, como expertos em demolição que são, para ter uma vantagem nessa situação já vantajosa para eles.

Warren Buffett, 15 dias atrás, dá uma entrevista e, como todo cantor, ele declara: *“Esta é uma guerra de classes e estamos ganhando essa guerra!”*

Esta é a gravidade da situação que estamos vivendo. Não podemos permanecer prisioneiros de uma visão tecnocrática e adulterada em relação ao que está acontecendo na realidade.



A América Latina, precisamente porque conseguiu acumular uma importante porção de ativos financeiros e produtivos saudáveis, se converte em um elemento, em um objetivo, em um alvo essencial para os ataques especulativos que estão indo de um lado a outro como mecanismo fundamental de rentabilização do capital monetário mundial.

Sobre esses elementos, então, está avançando outro tipo de *boucle* endógenos no funcionamento, no comportamento dos agentes. Os ataques especulativos se tornam cada vez mais permanentes, e há desestabilização sobre o mercado cambial básico no horizonte, no potencial do horizonte macroeconômico do continente, sobretudo ligado ao efeito de absorção de excedente com relação à matriz e à sucursal.

Nessa relação, mais uma vez, muito cuidado com o problema de transnacionalização de todo o aparato bancário nesse plano, fazendo, então, um seguimento às capacidades efetivas de regulação com que contam nossos Estados, quando temos bancos dentro das matrizes, com países em séries, com países que estão com extrema dificuldade, mas que ainda têm lucros exorbitantes.

Não existem mecanismos para controlar, para evitar a fraude contábil, se os grandes bancos, as grandes agências, as agências qualificadoras de risco e até mesmo os próprios Estados foram rachados com essa armadilha do manejo contábil. E imaginem o que pode estar acontecendo aí.

Cuidado com os efeitos de contato. Lembremo-nos do que aconteceu na América Latina em várias crises financeiras, nas quais, ao fim do dia, quando os balanços apresentavam cifras muito saudáveis, os valores ativos, efetivos dos bancos desapareciam. Precisamos ter muito cuidado com o efeito que já se está generalizando sobre o clima de negócios, sobre as atitudes dos diferentes atores, que, no barco da incerteza, assumem estratégias defensivas no que diz respeito ao comportamento especulativo, na base do curto prazo, na base do evitar investimentos de longo prazo, geração de empregos e elementos que possam permitir uma situação de estabilidade, sobretudo no mercado financeiro, tanto do lado da oferta do crédito quanto do lado da demanda também.

Nesse marco, o efeito fundamental, o expediente mais fácil para todos os atores, também incluindo os governos, é a exacerbação do modelo primário



extrativista, fazendo com que sejam feitos todos os ajustes, fazendo com que existam todos os mecanismos de defesa da economia sobre a base do recorte dos salários e sobre a base do recorte também do gasto público.

Hoje está sendo sincronizada, em âmbito mundial, uma recessão. Há ajustes na Europa, ajustes nos Estados Unidos, pressões para que a China e a Índia esfriem as suas economias. E aqui, na AmÉRica Latina, há uma pressão muito forte, inclusive no interior dos governos progressistas, inclusive por vezes como a da CEPAL, no sentido de que temos que cortar salários, cortar orçamentos, aumentar as taxas de juros e comprimir o crédito.

Muito cuidado! Não é possível fazer negócio, senhores empresários, se você não tem mercado e se os principais mercados você está asfixiando. É claro que estamos sincronizando, programando uma nova explosão financeira. Por favor, vamos ver essas notícias, analisá-las, mas tudo isso marca o potencial, a latência de uma nova crise financeira na AmÉRica Latina, a qual devemos enfrentar de forma rápida, não com bons desejos, mas com elementos que possam defender os processos de integração e que permitam defender as conquistas democráticas e progressistas que, com diferentes ritmos, estão atingindo todo o continente.

Lembremo-nos de que tudo isso depende ainda, em grande parte, de fatores exógenos. Não existe reforma estrutural que possa ir além de uma redistribuição, em termos de intercâmbio favorável que, a qualquer momento, pode ser revertido ou reverter essa conjuntura.

A crise pode converter-se em uma manobra política fundamental. Aqueles que não atingiram tentativas de golpe de Estado, intentos de guerra civil, aqueles que não conseguiram atingir ainda, através das urnas, facilmente poderão impor isso através de uma crise financeira.

Vejam que, nas ditaduras sangrentas do Cone Sul, o que eles não puderam fazer antes fizeram depois, com as democracias capturadas através da crise da dívida nos anos 80. Foi assim que se instalaram as políticas neoliberais, foi assim que foram desmantelados o aparelho produtivo, a máquina produtiva, a institucionalidade em outros países. Isso mudou de forma estrutural a correlação de forças e a cultura de relacionamento entre as classes sociais.



Frente a essa encruzilhada, a partir do Equador, estamos impulsando uma proposta, não porque sejamos os únicos que a defendem ou porque fomos os autores da proposta. Não acreditamos no *copyright*, no *copyleft*; estamos impulsando a necessidade de uma resposta integral e urgente frente a esse problema.

Pelo menos deveriam existir três pontos fundamentais. Por um lado, uma banca de desenvolvimento de um tipo novo que nos permita colocar urgentemente uma bandeira que diga: "*América Latina: território livre de especulação*" e um sistema de compensação de pagamentos que possa evitar essa dependência desnecessária, de acordo com as divisas estrangeiras, e que possa marcar um novo espaço de funcionamento da moeda e das moedas e uma rede de segurança financeira sobre a base de uma colaboração mais estrita dos bancos centrais que possa permitir estruturar uma alternativa continental ao Fundo Monetário Internacional.

No primeiro aspecto, avançamos muito com o Banco do Sul. Sete Presidentes da América, incluindo o Presidente Lula, já assinaram o tratado internacional, mas precisamos da ratificação do Parlamento. Com a ratificação que acabou de ser feita pela Argentina há pouco mais de 1 mês, já somos quatro os países que o ratificaram. Espero poder contar com a presença de Brasil, Paraguai e Uruguai rapidamente, para colocar sobre a mesa uma série de projetos de investimentos, uma série de facilidades de financiamento que possam fazer possível um horizonte de relançamento da economia diferente do modelo que está morrendo, que está se desfazendo.

Sobre esse ponto, é fundamental estabelecer que, se existem problemas internos, se existem ritmos domésticos com relação à oposição, às instâncias institucionais, somos muito respeitosos e delicados quanto a isso, mas temos proposto, sim, que é possível. Podemos começar pelos projetos do Banco do Sul antes que ele exista, como funcionou a UNASUL, parando guerras civis e parando golpes de Estado 3 ou 4 anos antes que formalmente ele se constituísse.

Sobre este ano, podemos armar fundos financeiros, instrumentos financeiros, como as cláusulas nos contratos que digam que este é um projeto do Banco do Sul que será integrado à nova instituição quando essa nova instituição puder avançar. E,



nessa perspectiva, podemos armar, então, um novo tipo de funcionamento financeiro que não somente possa depender dos empréstimos do desenvolvimento das moedas estrangeiras, mas também que mobilize e potencialize as moedas nacionais e, eventualmente, uma moeda regional.

O que quero dizer com isso é que o Equador pedirá um empréstimo que terá dólares para importar maquinário e tecnologia do Norte, mas a outra parte do empréstimo estará em reais brasileiros, para contratar empresas brasileiras e para implantar produtos brasileiros. Outra parte será em pesos argentinos, para fazer a mesma coisa com os preços argentinos, de forma que isso possa permitir um processo de integração produtiva mais profundo, mais intenso, que possa consolidar essa esperança que a América Latina está depositando nos atuais governos.

Precisamos, por outro lado, que não somente exista um novo tipo de financiamento para o desenvolvimento, mas que esse desenvolvimento, a orientação, o horizonte desse desenvolvimento seja diferente, distinto, porque pouco poderemos fazer se continuarmos apostando em um crescimento voltado para fora que reforce a nossa condição de dependência e de desarticulação.

Por isso, os Presidentes já decidiram. Está assinado, no tratado internacional, um novo conjunto de prioridades que não só aquelas que o mercado, de forma espontânea, aprova ou considera eficientes. Falamos de um conceito novo de soberania, um conceito de soberania continental que não tem as restrições neoliberais da construção supranacional baseadas na restrição de soberanias nacionais, mas que, ao contrário, marcha em conjunto com a soberania supranacional, a nacional, a provincial, em nível de Estados, de províncias, mas também com as demais.

O que se trata, companheiro, é de criar novas capacidades, de outorgar, recuperar, para que as pessoas tenham poder de novo com relação a ações concretas que possam mudar as condições de defesa da economia, da família, da economia da comunidade em geral, da economia do território. Esse é o sentido fundamental para enfrentar a crise financeira que aí está, o processo de soberania alimentar.

A partir do Equador, estamos trabalhando, impulsando uma rede construída, controlada localmente pelas associações de produtores e pelos Municípios, mas



conectada *on-line*, para que o Conselho de Ministros da Agricultura da UNASUL possa vigiar a constituição permanente de reservas estratégicas nos produtos básicos e possa reduzir, ao mesmo tempo, o desperdício pós-colheita, mas atuar como manejo eficiente e inventários para enfrentar qualquer tipo de calamidade, como, por exemplo, uma seca, uma inundação ou, até mesmo, o tema do Haiti, não com tropas militares, mas com uma ajuda rápida no que é essencial para a vida dos nossos irmãos haitianos.

Isso ocorreria também em qualquer outra calamidade, um terremoto, qualquer coisa, podendo avançar nesse assunto da soberania, no cuidado da saúde, para evitar que, outra vez, a AmÉrica Latina seja um objeto da chantagem, o que significou o H1N1, em que um par de empresas transnacionais definiu o que, quanto e como seria vendido algo que é de vida e morte.

Tudo isso serve para que a AmÉrica Latina possa defender isso frente à situação de produtos que são proibidos na Europa e nos Estados Unidos — isso nos é vendido com a certificação da Comissão Europeia e da FDA dos Estados Unidos; para que a AmÉrica Latina possa dar uma resposta frente a doenças como o mal de Chagas, a lepra, o mal do sono, a malária, a dengue, a tuberculose, dos quais adoecem milhões de latino-americanos e aos quais as empresas transnacionais não prestam nenhuma atenção, porque não são um mercado rentável; para que AmÉrica Latina possa mobilizar a produção da empresa pública, da empresa privada, da qualidade dos laboratórios brasileiros e dos laboratórios argentinos em torno de uma defesa real de um direito humano fundamental que deveria ser peça chave de uma construção de sociedade diferente que é a que a AmÉrica Latina está concluindo.

Necessitamos avançar no tema da soberania energética. Não posso entrar aqui nos detalhes do projeto, porque estão aqui me apressando. Mas, no tema da soberania e da produção do conhecimento, esse é um eixo central para defendermos no século XXI, soberania nos recursos naturais. De nada serve que possamos extrair os recursos da terra para, de forma desesperada, vendermos, trocarmos por alguns papéis verdes, que são os dólares, e, depois, trocarmos por papéis cor-de-rosa, que são os títulos do Tesouro dos Estados Unidos, e logo nos sentarmos em cima deles, enquanto os nossos pobres povos seguem empobrecendo cada vez mais.



Precisamos criar uma infraestrutura continental não para pavimentar o que o Eduardo Galeano chamaria de vias abertas da América Latina — quer dizer, a economia extrativista unida ao porto de exportação para poder enviar produtos com baixo valor agregado para o Norte —, mas para criar, por exemplo, uma rede de trens que possa auspiciar mercados continentais, que possa sustentar a prosperidade sobre a base endógena, interna da nossa sociedade.

Por fim, precisamos garantir que essas propostas sejam viáveis, desbloqueando todas as iniciativas e a criatividade das pessoas que se expressam através da pequena e da média empresa, de uma série de empreendimentos, de cooperativas, de comunidades indígenas, mas que não se movem com a lógica capitalista e, então, são asfixiadas pelo mercado, que, ao contrário, seria o curto prazo, as altas taxas de juros e condições impossíveis de ser cumpridas, dados os ritmos dos ciclos produtivos aqui.

Precisamos gerar, por outro lado, uma alternativa ao Fundo Monetário Internacional que possa permitir, de forma rápida, célere, criar... E podemos fazer isso, companheiros, aqueles que têm dúvidas técnicas sobre o tema, com o sucre, esse mecanismo, essa moeda que já temos pronta para o comércio entre os países da ALBA. Ele mostrou que, sim, é possível eliminar os intermediários dos Estados Unidos e que os bancos centrais podem se conectar *on-line*.

Se conseguirmos fazer uma Intranet entre os bancos centrais, poderemos gerar um mercado para a liquidez de curto prazo entre os bancos centrais, entre as caixas fiscais, mas também para um encaixe ou sobreencaixe, porque tem muitos bancos em um continente.

Não temos recursos suficientes para evitar que tenhamos que pagar 8% ou 12% a cada vez que recorrermos aos mercados de dívidas, com o agravante da degradação da qualificação de risco e de eventuais turbulências por parte da oposição. Podemos armar uma matriz multilateral de pagamentos na qual possamos, entre os países, contar com uma rede de suporte que possa dar uma alternativa no manejo da liquidez, que dê uma alternativa no manejo das reservas internacionais, auxiliada por facilidades de emergência, de balança de pagamentos e de caixa fiscal que possam permitir coordenar uma estratégia comum no manejo das



reservas e, eventualmente, um fundo comum de reservas que inclua os recursos naturais, o ouro.

A América Latina tem uma quantidade de ouro físico muito importante mundialmente, que pode ter um papel importante nos mercados financeiros de forma imediata e, dessa forma, liberar uma parte substancial das reservas. Hoje em dia temos 720 milhões de dólares em reserva ganhando ao redor de 0%. E, de um dia para o outro, corremos o risco de que eles não paguem, que foi o fiasco da discussão do teto da dívida dos Estados Unidos, que colocou um risco de que parte das reservas internacionais do continente fosse para o lixo, acabasse indo para o lixo.

Finalmente, companheiros, temos que avançar na construção de um novo tipo de moeda. Não estamos falando de uma loucura, do euro, do euro neoliberal ou do altar da moeda, que sacrificam todas as demais políticas de construção social, de construção democrática, de construção industrial, científica e tecnológica. Precisamos de uma moeda que seja o veículo do intercâmbio dos povos e que seja a validação do trabalho das pessoas. Temos que criar uma moeda que quebre o sistema monetário atual, que é o sistema exclusivo, que é um sistema da discriminação e da especulação.

É possível, e já estamos trabalhando no caso dos países da América Latina que estão pertencendo à ALBA, tal como o sucre, o Sistema Único de Compensação Regional. Isso nos permite, ao mesmo tempo, ter um manejo. Já estamos replicando isso em âmbito microrregional, com sistemas, com circuitos locais de pagamento que permitem que as pessoas, nos Municípios, os povos, nas províncias, possam contar com meios de pagamento e liquidez alternativos, sem passar pelos agiotas, pelas grandes empresas, pelos caciques do bairro, e que possam gerar outro desenvolvimento das forças produtivas dentro do território dentro de suas comunidades.

Mas também podemos replicar ou duplicar esses meios de pagamento alternativo nas relações entre continentes. Já propusemos que, na negociação com a União Europeia, possa se abrir essa espécie de cartão recíproco que proteja fluxos reais e que bloqueie o desenvolvimento dos impulsos especulativos. Se conseguirmos duplicar ou replicar isso nas relações Sul e Sul, poderemos também



criar as condições objetivas para apontar para um relançamento da economia, desde o interesse dos povos, desde o interesse das comunidades.

Companheiro, outro mundo é, sim, possível, aqui e agora. Temos as condições técnicas possíveis para isso, mas somente se destruímos essas impossibilidades que interiorizaram em nossas cabeças, referentes ao monopólio do conhecimento, ao monopólio da ciência, ao monopólio do que é respeitável na discussão acadêmica e na discussão de como fazer política.

As possibilidades que vocês estão abrindo com esta sessão aqui no Congresso são parte de uma luta, de uma construção do que é possível ser feito aqui agora. É nossa responsabilidade dar alternativas claras e concretas a essa esperança dos povos.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Pedro.

Extraviou-se uma lista de controle dos aparelhinhos de tradução. Se alguém achá-la nas bancadas, por favor, encaminhe aqui à frente ou lá na mesa.

Agora é a vez da representante do Brasil nesta Mesa, Maria Lúcia Fattorelli. *(Palmas.)*

A SRA. MARIA LÚCIA FATTORELLI - Bom dia a todas e a todos.

Em primeiro lugar, eu quero agradecer ao querido Deputado Jean Wyllys, desta Comissão de Finanças e Tributação, pelo seu requerimento; ao Deputado Chico Alencar, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, pelo seu requerimento para realização também deste seminário; e ao querido Deputado Ivan Valente, da Comissão de Relações Exteriores, que também fez o requerimento. É um requerimento conjunto de três Comissões que possibilitou a realização deste seminário conjunto.

Agradeço aos demais Parlamentares, a todos os convidados internacionais, às entidades nacionais que apoiaram a realização deste evento e a todos as pessoas presentes.

Eu vou tentar falar no menor tempo possível sobre a situação atual de conjuntura nacional.

(Segue-se exibição de imagens.)



Este quadro, que nós temos divulgado, mostra a nossa realidade. É uma foto do nosso Orçamento Geral da União. Ele mostra que nós, em 2010, dedicamos 635 bilhões de reais, 44,93% de todo o Orçamento da União, para pagamento de juros e amortizações. Enquanto isso, a saúde recebeu 3,91% do Orçamento da União; a educação recebeu 2,89%.

Quero agradecer aos funcionários aqui da Comissão que estão disponibilizando cópias para que vocês acompanhem esses dados.

Com relação à gestão ambiental, à questão da organização agrária, nós sabemos que todos os países que foram adiante tiveram uma reforma agrária. O Brasil é um dos países que tem a maior concentração de terras do mundo. Por que não se faz uma reforma agrária? Para a organização agrária foi, em 2010, 0,16%.

Enquanto aquele gráfico anterior mostra a situação de 2010, este outro gráfico mostra a situação histórica de 1995 para cá, do Plano Real para cá.

Observem a evolução da educação e da saúde aqui nesta linha azul; da saúde e do saneamento, lá embaixo: próximos de 0%, sempre abaixo dos 4%.

Pessoal e encargos. Enquanto a grande mídia, financiada pelos banqueiros, gosta de colocar os servidores públicos como se fossem os vilões do Orçamento, observem o gasto com todos os servidores públicos ativos e aposentados, inclusive encargos sociais onde se encontram, e observem onde se encontram os pagamentos de juros e amortizações da dívida: quase furando o gráfico. Em 2010, foram 635 bilhões.

Como isso acontece?

Já que estamos aqui no Parlamento, onde são votadas e aprovadas as leis, é preciso dizer que o sistema da dívida goza de um privilégio, que começa em nossa Constituição, com o art. 166, que diz que todas as emendas ao projeto de lei orçamentária que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, excluída a que trata da dívida.

O Deputado Jean Wyllys, que é desta Comissão, sabe que qualquer projeto, por mais relevante, necessário que seja, tem de apontar as fontes de financiamento. Para a dívida isso não vale, porque a Constituição exclui a dívida dessa obrigatoriedade.



Chamo a atenção de todos para ler este documento, que se chama *Anatomia de uma Fraude à Constituição*, de Assessores aqui desta Casa, na época da aprovação da Constituição, que fazem uma denúncia gravíssima: que esse artigo nunca chegou a ser votado.

Bom, o privilégio continua na LDO. A LDO estabelece as metas de superávit? A Constituição diz mais, que *"a elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2012, bem como a execução da respectiva Lei, deverão ser compatíveis com superávit primário"*.

Como se elabora a lei orçamentária? Primeiro, sacam-se os recursos para o superávit; segundo, o que sobra tem de ser compatível com aquilo ali.

O privilégio continua na Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal obriga o administrador público a cumprir metas fiscais, ainda que isso signifique cortes em serviços essenciais. E mais, criminaliza o administrador público, os Estados e os Municípios que não priorizarem o pagamento da dívida; aplica-se o Código Penal para aqueles que não cumprem. Agora, não se aplica o Código Penal para aqueles que deixam as crianças fora da escola, condenadas ao tráfico; não criminaliza aqueles que deixam as pessoas morrerem nos hospitais sem acesso à saúde, os idosos sem assistência, e por aí fora.

O privilégio da dívida continua na Lei de Responsabilidade Fiscal. Apesar de falarem "Responsabilidade Fiscal", não estabelece limites para o custo da política monetária.

O prejuízo do Banco Central pode alcançar bilhões, como tem alcançado. Em 2009, o prejuízo do Banco Central foi de 147 bilhões; em 2010, 49 bilhões; só no primeiro semestre desde ano, 44 bilhões. Não há limite para isso. O Tesouro tem de cobrir. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, não há limite para esse prejuízo, e o Tesouro tem de cobrir. Se o recurso do Tesouro não é suficiente, já está autorizada a emissão de dívida para isso. Mas não pode emitir dívida para socorrer as necessidades essenciais e cumprir os direitos humanos.

Os privilégios continuam na destinação de fontes tributárias, na política de superávit e em outras fontes! Todo o lucro das estatais distribuídos ao Governo, por lei, vai para pagar dívida.



Então, quando as manchetes dos jornais anunciam o tremendo lucro da PETROBRAS, do Banco do Brasil, a parte privada desses lucros vai para o setor privado por meio dos dividendos, mas a parte pública desses lucros não volta para essas instituições. Por lei, vai para pagar dívidas. O lucro do Banco Central, quando dá lucro, vai para pagar dívida; quando dá prejuízo — disse há pouco —, o Tesouro cobre. Todo o sacrifício dos Estados e Municípios para pagarem dívida não favorece a União, vai direto para pagar dívida. Toda a emissão de novos títulos já está autorizada: é dívida para pagar dívida. Todos os recursos provenientes das privatizações, inclusive das recentes privatizações das jazidas do pré-sal, dos aeroportos, que estão anunciadas, vão direto para pagar dívida, por lei. A Remuneração da Conta Única do Tesouro. E mais, naquele ambiente de crise, de 2008, o Lula utilizou a Medida Provisória nº 435 e depois editou a Medida Provisória nº 450 para dizer que toda sobra no Orçamento, de qualquer rubrica, no fim do ano varre e paga-se a dívida. Ou seja, o que está acontecendo agora no Brasil? Os orçamentos de vários Ministérios são seguros, não se autoriza a aplicação e, no fim do ano, aquela sobra vai para pagar a dívida. É por isso que a dívida está conseguindo absorver 45% dos recursos do Orçamento.

O privilégio continua na legislação que estabelece o sistema de metas de inflação. Sob a justificativa de combater a inflação, nós estamos tendo, na realidade, uma justificativa para subir as taxas de juros, a SELIC, que não servem para controlar a nossa inflação, que decorre do reajuste dos preços administrados. Então, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Não vou ter tempo de desenvolver essa ideia porque os Parlamentares precisam de tempo para suas exposições.

Como é que o sistema opera? Nós não temos no Brasil controle de capitais, qualquer quantidade de dólares que quer entrar no Brasil entra. E o Banco Central “enxuga”, entre aspas, esse excesso de moeda entregando títulos da dívida brasileira. Qual está sendo o resultado disso? O Brasil fica com esses dólares, aplica esses dólares em reservas internacionais, que, infelizmente, Dr. Pedro Paez, não estão indo para o Banco do Sul, estão indo para o Tesouro norte-americano, que não nos remunera nada. E ainda estamos financiando com isso as políticas de guerra norte-americana e tendo prejuízo. E o Banco Central entrega para esses bancos, que entram aqui com esses dólares, títulos da dívida que pagam os juros



maiores do mundo, gerando esse prejuízo de bilhões — 147 bilhões em 2009 e 50 em 2010.

Esse gráfico aqui é só para documentar o que eu estou falando. Mostra a trajetória da acumulação de reservas internacionais e a trajetória das operações de mercado aberto. Que é o nome dado a essa troca que o Banco Central faz, em que ele fica com os dólares e entrega títulos da dívida para os bancos.

Quem ganha e quem perde com essa história? Como é que começou o Governo da Dilma? Um corte recorde de 50 bilhões de reais e, recentemente, mais um anúncio de destinação de mais 10 bilhões de reais para o superávit primário. Mas, os juros já subiram cinco vezes no Governo da Dilma! Recentemente baixou míseros meio por cento; ainda estamos com juros de 12% ao ano. E foi aquela gritaria dos banqueiros.

Por que isso acontece? Como é que são calculadas as taxas de juros no Brasil? A CPI, de cujo requerimento de constituição o Deputado Ivan Valente foi autor — temos de valorizar essa atitude do Deputado Ivan Valente, que é valente não só no nome (*palmas*), temos de valorizar isso — conseguiu comprovar como que o Banco Central arbitra as taxas de juros. Antes da reunião do COPOM, ele convida especialistas para ditarem as expectativas. E quem são esses especialistas? Os presentes na 33ª reunião eram: 51% bancos; 1% FMI; 35% gestão de ativos; 8% consultores financeiros. Ou seja, 95% dos convidados para a reunião eram provenientes do mercado financeiro. O que vocês acham que o mercado financeiro vai dizer que quer? Claro que vai dizer que os juros têm de subir.

O resultado é um tremendo lucro para o setor financeiro bancário. E o setor financeiro bancário é justamente o protagonista dessa crise financeira que arreventou em 2008 nos Estados Unidos, decorrente da desregulamentação do mercado financeiro, dos derivativos sem lastros, que são carinhosamente chamados pela grande imprensa como ativos tóxicos. São papéis podres mesmo, são fraudes, são papéis falsos que estão no mercado acolhidos pelos *bads banks*. E qual foi a decisão dos países mais ricos do mundo diante dessa crise? Salvem-se os bancos. Transferindo, transformando a crise financeira localizada nos bancos em crise da dívida dos países. Fazendo uma usurpação do instrumento do endividamento,



transformando esse instrumento do endividamento em um instrumento de desvio de recursos públicos para salvar bancos.

É por isso que estamos chamando esse sistema da dívida de um sistema que tem um arcabouço de privilégios, inclusive nos Estados Unidos. O Banco Central norte-americano destinou 16 trilhões de dólares para o setor financeiro privado, segundo dados do departamento de contabilidade governamental dos Estados Unidos. Uma quantia, uma cifra superior ao PIB daquele país.

Bom, o Governo brasileiro não admite crise da dívida. Mas, se não admitirmos crise da dívida, qual é a resposta para termos o privilégio de recursos para juros e amortizações da dívida? Qual é a resposta para praticarmos os maiores juros do mundo? Para a maior carga tributária, elevada, regressiva, sem o retorno em bens? Contingenciamento de gastos sociais, congelamento de salários do setor público como está aí? Aqui nesta Casa o Projeto de Lei 549, a prioridade para metas de superávit, inflação, reformas neoliberais, como ameaça de privatização da previdência do setor público, com um PL que também está nesta Casa, o 1.992? As outras privatizações, a ausência de controle de capitais? Todos esses são dados que demonstram a gravidade da situação da dívida brasileira. A externa já alcança 350 bilhões de dólares; a interna, 2 trilhões e meio de reais.

E a CPI comprovou as ilegalidades, as ilegitimidades dessa dívida. O instrumento para desmascarmos o que está acontecendo agora no mundo inteiro — um poderio do setor financeiro colocando nações inteiras e povos de joelhos —, o instrumento da auditoria da dívida está sendo visto como uma ferramenta para jogar luz e desmascarar esse processo.

Como o Eric Toussaint disse, já temos comissões de auditoria cidadã na Grécia, na Irlanda, começando em Portugal, na Espanha, na Itália. E isso é uma honra para todos nós que estamos há 11 anos nessa batalha aqui no Brasil, desde o plebiscito da dívida, que deu origem, nascimento à auditoria cidadã da dívida.

Nós já conseguimos, aqui no Brasil, arrancar a CPI da Dívida com o ato heroico do Deputado Ivan Valente. A CPI mostrou graves ilegalidades na nossa dívida, graves deficiências de controle e de registro do endividamento, descumprimento de normas legais, descumprimento de atribuições legais e



constitucionais nos órgãos de controle, danos patrimoniais às finanças do País, ilegalidades, desrespeito aos direitos humanos.

Na dívida externa a CPI comprovou empréstimos contraídos por ditaduras, juros flutuantes, estatização de dívidas privadas, renegociações sem autorização legal, transformação de dívidas nulas nos famosos Bônus *Brady* em 1994, emissão acelerada de Bônus Soberano a partir de 1997, que depois foram recomprados com ágio que chegou a 70%. Cláusulas ilegais inseridas sem autorização legal, como a cláusula de ação coletiva.

Na dívida interna a CPI comprovou que é uma dívida sem contrapartida ao povo ou ao País. Uma dívida de juros sobre juros, considerada ilegal até pelo Supremo Tribunal Federal. Enfim, essa participação, o conflito de interesses na atribuição das taxas de juros e contabilização de parte dos juros como se fossem amortizações, uma ilegalidade que continua perpetuada aqui nesta Casa.

A dívida dos Estados, também a CPI mostrou que, desde os anos 90, a dívida dos Estados já explodia devido às altas taxas de juros praticadas na esfera federal. E, depois da renegociação, o índice utilizado, o IGPDI, se mostrou volátil, colocou os Estados subservientes a esse pagamento. E, apesar de cumprirem rigorosamente, a dívida não para de aumentar, e hoje vários Estados estão se levantando contra essa situação.

O Equador, como já dito aqui pelo Éric, pelo Pedro Paez, deu uma lição de soberania ao mundo; demonstrou que a auditoria dá resultado. Nós temos um paradoxo no Brasil: sétima economia do mundo, 73º no *ranking* dos direitos humanos. É por isso que nós temos que realizar uma auditoria dessa dívida.

Fernando Henrique pagou 2 trilhões de juros e amortizações em 8 anos. Lula pagou mais que o dobro: pagou 4,7 trilhões. Aonde vamos parar?

Concluo dizendo que nós temos que repudiar esse sistema da dívida que a crise financeira escancarou. Não dá mais para esconder até no Império: agora os acampamentos estão em Wall Street, gritando, denunciando esse sistema que coloca o setor financeiro no alvo das pessoas. (*Palmas.*)

Já não dá para esconder mais a utilização do instrumento do endividamento público como sistema de desvios. Para operar, esse sistema está utilizando um arcabouço de ordem legal, política, financeira, econômica, que garante esse



privilégio de recurso. Ele deve ser desmascarado por meio da auditoria e também por meio de projetos, que os Parlamentares aqui presentes podem apresentar, para demolir esse arcabouço legal construído que impede que os recursos arrecadados com muito sacrifício pelo povo que paga os tributos sejam destinados para onde têm que ir, não mais para a especulação financeira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Agradeço muito a todos os nossos painelistas. Lembro, especialmente aos nossos visitantes, irmãos de tantos outros países, que tudo o que foi dito aqui por Éric, Sofia, Pedro e Maria Lúcia é algo estranho ao plenário das duas Casas. Esses temas tão centrais não são do cotidiano do debate do Parlamento brasileiro, para vocês verem o grau de irresponsabilidade, conservadorismo que a representação política pratica no Brasil.

Muito bem. Melhor do que eu, falarão os Deputados inscritos.

Pelo Regimento — nós somos rebeldes, mas seguimos certas normas; rebeldia aqui é não usar gravata, grande coisa —, falará o autor do requerimento, Jean Wyllys, Deputado do PSOL do Rio de Janeiro, companheiro Jean.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Obrigado, Presidente Chico Alencar.

Na verdade, não tenho muitos comentários a fazer, apenas uma pergunta à Maria Lúcia Fatorelli. O que foi feito do legado da CPI da Dívida Pública? O que é feito desse legado e como a gente pode dar capilaridade a essas informações de modo a que tenhamos uma sustentação popular para o enfrentamento desse problema aqui?

O que a gente percebe é que o povo não tem conhecimento disso, porque essa mídia, que é financiada pelos banqueiros, não passa a crise nem a estrutura da crise da maneira como devem ser passadas, com esse didatismo que você — posso chamá-la de você, não posso? — apresentou aqui na sua exposição.

Eu estendo a pergunta também para o meu colega Ivan Valente, que presidiu — eu não era Deputado na época — a CPI da Dívida. O que é feito desse legado da CPI? Como isso serviu de pressão ao Governo, por exemplo, para resolver o problema?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Muito obrigado, Jean, inclusive pela objetividade.



Eu peço aos nossos painelistas, quando indagados aqui pela plenária, que registrem, porque nós vamos fechar com vocês, está bem?

Estou falando grego para você, não é? (*Risos.*) Depois alguém explica a ela o que é essa expressão no Brasil. Mas nós também dizemos aqui no Brasil que não há nada no mundo que um filósofo grego não tenha dito antes, não só o Péricles.

Meu querido companheiro Ivan Valente, como Maria Lúcia já destacou, é autor do requerimento da CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito — da Dívida Brasileira, realizada a duras penas, com muita resistência. Repito: esse assunto não está na pauta das forças dominantes no Brasil. É um absurdo.

Vamos lá, Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar a nossa Mesa, agradecer pela excelente exposição que fizeram sobre a problemática da dívida inserida no contexto da crise mundial, que hoje atinge a Europa, atinge os Estados Unidos, logicamente com impacto em todo o mundo, com os exemplos, sem dúvida impactantes, do que está acontecendo na Grécia, e com os exemplos positivos e iniciativas valorosas, como a do Governo do Equador, sobre a auditoria da dívida, e um pouco da nossa experiência aqui no Brasil, relatada pela Maria Lúcia, com muito vigor, ela que foi uma das pessoas que mais pesquisaram, que mais entrevistaram nessa questão.

Queria aproveitar a presença de vocês mais para arguir, porque há uma ansiedade sobre o desdobramento da crise mundial. Nós tivemos a crise profunda de 2008/2009 e, como foi dito aqui, parecia que eles tinham superado a crise. Passaram essa ideia da superação da crise, e agora ela volta com uma força e um lastro grandes, atingindo o núcleo do sistema, porque os Estados Unidos continuam em crise e o sistema europeu está sendo questionado, inclusive a lógica que estabeleceu o euro na Europa. A Grécia, digamos assim, virou o “patinho feio”, aquele que não cumpriu as normas. Há artigos que dizem: “Os gregos não trabalham; os alemães trabalham”. É a lógica dos maiores beneficiários do sistema criado com o euro, que são exatamente os países mais fortes, os países centrais.

Eu queria destacar e pedir ao Éric Toussaint que desenvolvesse um pouco como ele vê o desdobramento dessa crise na Europa e os possíveis impactos nos países periféricos do capitalismo que agora ganham uma importância. Dizem



também que países como a China, a Índia, a África do Sul cumprem um papel central. Talvez fosse importante verificar qual é o papel que esses países de fato poderiam cumprir.

No caso da Grécia, em particular, o que nós temos assistido, inclusive ontem, nos meios televisivos é que a resistência da população continua forte. Eu entendo, no caso grego, que talvez a melhor forma de mostrar que não é possível continuar essa situação e que não é possível aceitar os pacotes que vêm do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional é a resistência do povo grego, é a reação forte mesmo contra o que vai acontecer, como em qualquer país do mundo, assim como a Argentina em 2001. Se você tem uma crise financeira e pratica uma moratória, sai do espaço físico do planeta; o país passa a não existir mais. Quem sai do sistema não existe. O país continua existindo, o seu povo, a nação continua existindo. E, pelo contrário, ela pode criar, inclusive, com a sua resistência, a capacidade de mostrar que há outros caminhos e a possibilidade de uma nova ordem econômica internacional.

Então, eu queria ouvir da nossa Deputada como ela vê essa capacidade que o povo grego possa ter, inclusive podendo se alastrar pela Europa essa movimentação daqueles que são prejudicados pelo sistema financeiro e pela condução central, que são o povo dos países. A perda de direitos sociais, econômicos e o arrocho fiscal são as consequências da política comandada pelo capital financeiro. Então, eu vejo que é preciso resistir, e isso está se alastrando até nos Estados Unidos, como já foi dito aqui.

No caso do Equador, eu queria perguntar ao Paez sobre toda essa discussão que você trouxe, fundamental, porque eu acho que países latino-americanos não só estão se queixando ou resistindo; estão formulando uma política alternativa. Quando se fala sobre um banco do sul, um fundo do sul, sobre a criação de uma moeda regional, você está falando que é possível se descolar do sistema do Fundo Monetário Internacional. A questão é exatamente a seguinte: nós já chegamos a avançar mais, eu acho, e hoje há uma reação.

Eu quero até contar a vocês — Maria Lúcia, inclusive, e ao pessoal da Auditoria Cidadã — que ontem, na Comissão de Relações Exteriores, nós conseguimos barrar provisoriamente, através de um pedido de vistas, um projeto



que dava autonomia ao Ministério da Fazenda, como governador do Fundo Monetário Internacional, de operar, com licença do Congresso, para qualquer tipo de liquidação de dívida. Ontem era o caso da Libéria, da Somália, de países endividados e pobres da África, mas a redação tirava do Congresso Nacional — e tira, pela lei, pelo que está lá — a autorização ou não desse tipo de atividade.

Os Deputados do Governo compraram a ideia de que o Brasil se tornou hoje muito influente no Fundo Monetário Internacional, como se fosse possível conquistar a hegemonia sem ter a cota necessária para se ter a hegemonia no sistema montado pelo Fundo Monetário Internacional e pelos bancos multilaterais mundiais, o BID e assim por diante. Mas essa fantasia de que o Brasil está tão bem que está emprestando, inclusive, com as suas reservas, 350 bilhões de dólares, e dizer que a dívida...

Inclusive, o que lhes permite contar essa história da carochinha é que nós não temos mais dívida externa. Mas como a maioria dessas reservas estão em títulos do tesouro americano, nós estamos perdendo mais de 50 milhões de reais por ano nessa brincadeira da estabilidade e da compra, cada vez maior, de confiança do mercado financeiro. É disso que se trata. Por isso, a taxa de juros não baixa, mesmo com tudo isso. É a permanente compra de confiança.

E aí é para a Maria Lúcia também, porque esse tipo de política aqui, como o nosso Deputado Chico já falou, não é simples de operar, porque o capital financeiro brasileiro opera numa outra lógica. Ele financia os meios de comunicação, e se criou essa lógica de que, fora do sistema, como está numa das exposições que foram feitas aqui, não há solução. Inclusive na questão grega, não há solução fora do esquema, do sistema. E eu queria dizer isso.

Por exemplo, todas as rejeições que nós fizemos em plenário, através do Partido Socialismo e Liberdade, contra, por exemplo, o financiamento que o BNDES, que é o maior banco de fomento — deveria ser de fomento — brasileiro, fez, foi, em grande parte 200 bilhões com emissões de título da dívida pública. Ou seja, emite-se título da dívida pública pagando 12% de Selic e empresta-se à TJLP, que é 6%, ou menos. Então, é o povo brasileiro que está pagando empréstimo de fusões, incorporações e exportadores, para o exterior, através do BNDES.



É por isso que, na exposição do nosso companheiro do Equador, quando o Presidente Lula assinou o tratado inicial da constituição do Banco do Sul — mas ele não anda aqui no Congresso Nacional —, eu fico feliz de saber que a Argentina já aprovou essa constituição muito importante.

Quero dizer o seguinte: os três grandes bancos brasileiros, que são o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o BNDES, operam segundo a lógica privada, e isso é um problema, porque competem, competiriam com uma visão de banco de integração latino-americana, solidário, coletivo, contra um esquema que vem do norte. Então, nós temos que lutar, nós temos que ter a maior capacidade de propaganda — para a Maria Lúcia, isso — dessas propostas, como alternativas.

É por isso que nós continuamos nessa luta, porque talvez a tomada de decisão de governos e do povo brasileiro, e de todos os povos, como está acontecendo na Grécia agora, venha em cima do impacto político que a crise traga. Às vezes é o contrário, porque a crise pode agravar a situação, não necessariamente, se não há uma direção política clara, se não há uma exposição clara. Mas, neste momento, eu vejo também como um momento de abertura de espaço para dizer o seguinte, a razão principal, aqui, que foi colocada desde o início: a especulação financeira como centro mundial do capitalismo, as bolhas que foram criadas e explodiram, não só nos países do Primeiro Mundo, mas do Terceiro, nos países periféricos do capitalismo, também, pode criar uma nova situação.

Entendo que só realmente com aqueles que concordam com uma nova ordem econômica internacional, uma nova proposta, nós podemos avançar mais. Então, eu queria ouvir um pouco mais dos nossos debatedores esse quadro mundial.

Lamento, Chico, que nós não tenhamos, num seminário deste porte, uma oitiva maior, ou seja, uma audiência maior, porque os Parlamentares deveriam se interessar para entender que não está tudo azul — só o quadro, ali, agora, entendeu? Ficou vazio. Quer dizer, os impactos de uma crise econômica podem ser muito graves para países que se tornaram dependentes, que dependem do capital financeiro, que não formaram seus mercados internos, que não têm políticas soberanas. Então, aqui nós temos que saudar é toda atitude de política soberana das nações e de constituição dessa nova ordem econômica mundial.

Isso é o que eu queria falar, Chico. Agradeço a audiência de todos.



Muito obrigado.

Um abraço. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Com a palavra a nossa querida Deputada Luiza Erundina, com quem tanta identidade temos. Só falta a partidária. *(Risos.)* Não ia deixar escapar, não é? Ainda dá tempo, hein?

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Estou sofrendo uma pressão muito forte. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Pressão carinhosa.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Companheiras, companheiros, quero saudar a presença de vocês, dos que estão na Mesa, dos que estão no plenário e agradecer pela contribuição fantástica que vocês nos trazem nesta manhã aqui, à nossa cidade, ao nosso País.

Gostaria de ver aprofundada a reflexão sobre as implicações políticas desse quadro, que é a possibilidade de falta de solução para o problema, mas também a possibilidade de saídas para o problema e para a crise. E as saídas não são de natureza econômica e, financeira, muito menos. Com certeza, se houver alguma saída, é de natureza política. Então, eu gostaria de ver o aprofundamento dessa reflexão a respeito disso.

Também ter a certeza, ou ver a posição de vocês, a respeito da afirmação de que o modelo neoliberal estaria esgotado, se isso poderia significar, sei lá, um fim do capitalismo e, a partir disso, se dá para a gente ter esperança de que se estaria, de que haveria possibilidade de se recriar a utopia socialista, sobretudo no nosso mundo, neste Terceiro Mundo, aqui na América Latina. Porque, aí, a crise é bem-vinda. Se a crise servir para que se criem condições de se recriar a utopia socialista, bendita crise. Porque, nos marcos do capitalismo, e nos moldes do neoliberalismo, não há solução possível, nem para essa crise nem para tantas outras que virão após.

Então, eu acho que há um momento de ruptura de um modelo e de outro, de uma concepção de mundo, e uma possibilidade de se recriar ou criar uma nova concepção e mundo. Essa é uma questão essencialmente não só política, mas ética. Como é que a gente poderia acumular o entendimento sobre essas coisas a partir do que disse, inclusive, a Sofia, que o conhecimento e a sabedoria é que criam



novos mundos. Quer dizer, como acumular esse conhecimento e essa consciência no nível das classes populares? Não é no nível de governo.

Mesmo governos pretensamente progressistas não têm tido a coragem política de enfrentar essa realidade e convivem, cedem, submetem-se a ela. Vimos o quadro colocado aí pela nossa querida Maria Lúcia. Não há muita diferença entre Governos anteriores e o atual do ponto de vista do enfrentamento dessa realidade sem se subordinar e sem se submeter a ela, e essa é uma questão essencialmente política.

Um outro aspecto que eu gostaria de ver refletido aqui é o papel da mídia, impactada por essa revolução tecnológica da era digital. Qual é o papel dessa mídia no sentido de contribuir para a compreensão da crise; para se criar reações, ao nível das redes sociais, por exemplo, de enfrentamento e de questionamento dessa crise, dessa realidade, para além dos limites do possível dentro de cada país, de cada região.

Então, gostaria de ver um pouco isso, dentro, inclusive, desse fantástico impacto das revoluções da era digital e como esses meios de comunicação de massa podem contribuir, ou estariam a contribuir, na possibilidade de tornar essa realidade mais acessível ao entendimento da maioria e, conseqüentemente, de organizar essa maioria no enfrentamento dessa crise, dentro, especificamente, do ponto de vista político; de acúmulo de forças e de expressão política dessas forças em relação a essa realidade, a esse quadro.

Uma outra questão que eu gostaria de colocar é que, dentro das vítimas desse modelo, que são os pobres, que são os trabalhadores, os trabalhadores, há um segmento mais fortemente penalizado, que são as mulheres. Como os companheiros e as companheiras veem as conseqüências, as implicações dessa crise na situação das mulheres, sobretudo na América Latina, no Terceiro Mundo? E qual é o papel que as mulheres, o movimento de mulheres, o movimento feminista poderia ter no enfrentamento e na busca de saídas e soluções para essa realidade?

Por último, eu queria ouvir os companheiros sobre como veem as experiências de economia solidária e de redes de bancos populares. Não diria como alternativa, evidentemente, mas que papel, que contribuição, que alternativa



representariam essas experiências de economia solidária, sobretudo em países como o Brasil e outros da América do Sul?

Então, essas são as questões que eu gostaria de ver observadas e analisadas pela companheira e pelos companheiros para que nos deixem a esperança de que, apesar das determinações econômicas, políticas, sociais e culturais, haja alguma luz de esperança para que se consiga vislumbrar que o fim desse caos é o início de um outro tempo, de um outro mundo e de um outro projeto de humanidade, porque esse que está aí não dá mais conta, minimamente, daquilo que é uma vida digna, uma vida ética e uma vida baseada em direitos fundamentais, sem o que até o sentido da vida vai-se perdendo nesse mundo triste das finanças e de um poder concentrado nas mãos de muito poucos.

Era isso. Fiquei muito gratificada e alimentada intelectualmente pelas contribuições das companheiras e dos companheiros. Saímos daqui, evidentemente, com muito mais garra e com mais energia do que entramos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Talvez alguém não saiba, mas a Deputada Erundina, na virada da década de 80 para a de 90, foi a Prefeita da maior cidade da América Latina, São Paulo, e conseguiu algo que é raro: praticar, dentro das limitações de uma megacidade capitalista, tudo que ela falou aqui. Foi um governo democrático, participativo, do qual não temos saudade — Guimarães Rosa, que é um grande escritor brasileiro, dizia que toda saudade é uma forma de velhice —, mas muito orgulho. Ela mostrou que é possível avançar. (*Palmas.*)

Estiveram já aqui a Deputada Carmen Zanotto e o Deputado Paulo Rubem Santiago. Agora passo a palavra ao Deputado Alfredo Kaefer, que é do PSDB do Paraná.

Bem-vindo.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, Deputados presentes, senhores expositores, eu vivo neste momento, Deputado Chico Alencar, uma situação inusitada: em um seminário que é tipicamente de esquerda, participa um Deputado que tem um veio liberal muito forte e pertence a um partido da social democracia. Então, dentro dessa situação, queria aqui deixar o meu registro, fazer as minhas observações e as minhas indagações.



Eu iniciaria dizendo à Deputada Luiza Erundina que, no nosso entendimento, o liberalismo não vai acabar. Eu sou daquelas pessoas que, por convicção, entende que o socialismo não resolve os problemas da humanidade. A História já demonstrou isso. O que tem acontecido é que os governos têm errado muito. A mostra disso é de que países que têm adotado, e aí não se trata de uma questão de direita ou de esquerda, aplicado mecanismos e instrumentos adequados que sirvam para a sua população em cada um dos casos.

Eu cito o exemplo de dois países vizinhos do Equador que adotaram uma linha bastante forte de incentivo à iniciativa privada, ao capitalismo, mas que não deixaram de lado as ações e os compromissos de Governo e de Estado: Chile e Colômbia, que fez uma reversão profunda no seu modelo, prestigiando de forma muito intensa a iniciativa privada. O Estado reservou-se às suas funções limitadas, exclusivamente às funções primordiais.

Cito também o caso exitoso dos países da Ásia, como, por exemplo, a Coreia, que, na década de 60, tinha índices sociais muito piores do que os do Brasil, mas hoje avançou tremendamente. A renda *per capita* é muito melhor do que a nossa, assim como os índices sociais e os educacionais são superiores ao nosso. Ou seja, o bem estar social avançou extraordinariamente. Não vamos dizer que está plenamente cumprido, pois jamais estará. Os países da Ásia adotaram modelos neoliberais de apoio ao liberalismo e à iniciativa privada, mantendo a função do Estado no que é essencial, principalmente em investimentos maciços na área de educação.

Vemos hoje, por exemplo, a crise da Europa. Os países que estão com maior problema, circunstancialmente, coincidentemente ou não, são aqueles que ainda mantêm fortes atitudes e ações socialistas. Estes países prometeram ao cidadão benefícios não alcançáveis. Por conta disso, o endividamento começou numa ponta da sociedade, cresceu por um lado e acabou culminando no Governo, que assumiu a dívida das pessoas e dos bancos e criou um enorme problema. São atitudes erradas dos seus governantes, que, bem ou mal, legitimamente, foram eleitos pela sociedade, pelos países que governam.

Não é diferente no nosso País. Inclusive participei da CPI da Dívida Pública. Fui um daqueles que achavam que, muito mais por estatística ou para dar



conhecimento à sociedade, deveríamos investigar. Mas eu dizia naquele momento — e sempre defendi essa tese — que olhar para trás, pelo retrovisor, não iria resolver a nossa situação. Se aquelas pessoas que estavam no comando das nossas finanças, seja no período de Collor/Itamar, seja no período de Fernando Henrique Cardoso, seja nos oito anos de Lula, gerenciaram mal, foi porque nós as colocamos lá. Se nós elegemos o Presidente, ele tem a prerrogativa de indicar a equipe econômica. Então, de forma indireta, nós lhe damos o aval. Eles cometeram, sim, muitos erros.

Quero, inclusive, fazer um registro. Não concordo com o número de que o País tenha gasto, em 2010, 635 bilhões de reais. Não é esse número. Esse número pode ter sido, sim, a somatória do pagamento da dívida e da rolagem da dívida, mas o desembolso foi efetivamente um pouco mais de 100 bilhões de reais. Com isso, a porcentagem dessa *pizza* fica bastante diferente. Efetivamente pagamos 140 bilhões, 150 bilhões de juros. Mas isso não muda o meu conceito, porque acho extremamente inadequado e pesadíssimo para o nosso País.

E volto a dizer: isso é má gestão das pessoas que coordenam e administram as finanças públicas do País. Vou dar alguns exemplos. Nós aqui aprovamos, de 2009 até o começo de 2011, mais de 200 bilhões de recursos ao BNDES. E faço coro com o Deputado Ivan Valente, embora tenhamos diferenças, mas tenho de concordar com muita coisa. Quando a maioria dos países faz esse tipo de operação, autoriza equalização de taxas e não o desembolso efetivo do Tesouro, como nós fizemos. Nós autorizamos ao Tesouro a emissão de um título público, pagando Taxa SELIC, mais de 1% ao mês, para emprestar — de forma que não sabemos nem bem como — a taxas subsidiadas. Embora tenha sido importante o apoio e incentivo à indústria no período da crise, foi gestão errada. É preciso equalização. O banco deveria buscar no mercado esse recurso e o Tesouro equalizar no máximo a taxa de juros e não o capital. Isso teria feito com que a nossa dívida fosse expressivamente menor.

Vou destacar aqui um outro ponto. Por uma questão ideológica e programática, o ex-Presidente Lula mandou pagar aquilo que se dizia ser um câncer da vida nacional, que era a dívida externa. Todos os analistas previam que a moeda americana estava em queda e teria desvalorização. As taxas de juros lá fora são



muito mais baratas, a ponto de hoje serem 1% ao ano as do Tesouro americano. Mas, por uma questão de bandeira, o Lula disse que pagaria a dívida externa e pagou, mas que, com o tempo, em reais, seria muitíssimo mais barato, porque os juros são mais baixos lá fora. E o dólar caiu expressivamente. Trocamos essa dívida a uma Taxa SELIC que, em alguns momentos, foi de 15%, 16%, 18%. Então, trata-se gestão errada dos recursos, ou seja, quanto à forma de administrar.

Quantas vezes, na Comissão de Finanças, eu fiz indagações ao Presidente do Banco Central, na época, Henrique Meirelles, discordando da nossa política de câmbio. E eu dizia: é um crime o que estamos fazendo, deixando de criar mecanismos para que não tivéssemos a valorização excessiva da nossa moeda, que fez com que transferíssemos milhares e milhares de empregos para longe daqui, deixando de dar oportunidade aos brasileiros, ou seja, aumentando as nossas importações, reduzindo as nossas exportações e fazendo com que o PIB da indústria nacional tivesse uma participação muito menor do que anos atrás, quando inusitadamente, nós que temos um parque industrial expressivo acabamos virando exportadores de *commodities*, minério de ferro, soja, milho e assim por diante. Volto a dizer: gestão errada dos recursos da administração financeira do nosso País.

Agora, o que temos de fazer? Se não há como pagar a nossa dívida, temos de envidar todos os esforços para que ela pare de aumentar e que o crescimento do PIB, paulatinamente, absorva esses níveis e possamos tê-los de forma administrada. Ou, então, efetivamente, uma decisão nacional — e aí eu tenho certeza de que haveria um confronto enorme — para pagar a dívida. Foi tão criticada a desestatização de várias empresas no período do Governo Fernando Henrique Cardoso. E eu falo muitas vezes que basta fazer conta. Por pior que tivesse sido, se não tivéssemos feito aquilo naquele período, certamente hoje nós estaríamos na mesma linha dos países europeus. A nossa dívida pública, que é próxima a 2 trilhões, certamente estaria o dobro. Imaginem durante 8 anos, dez anos, cada mês com aquele impacto da taxa SELIC, fora os problemas que tivemos. Mostramos que a iniciativa privada, queiramos ou não, seja isso ideologicamente conflitioso ou não, é mais competente que o Estado, que o Governo. Ele tem que se ater àquilo que é essencial: saúde pública às pessoas que precisam; educação de qualidade, maciça; infraestrutura naquilo que é necessário; habitação; saneamento. Quando ao



restante, deixe a iniciativa fazer, mas com o controle, com a administração e com a regulação do Governo. Nós somos o maior sócio das empresas. Cobramos uma carga tributária, senhores, de 37% do PIB. Precisamos de um sócio melhor. Ele trabalha e nós, Estado, arrecadamos os impostos. Deixe que trabalhe e nós arrecademos e apliquemos bem os impostos.

Eu também quero fazer um breve comentário sobre o Banco do Sul e sobre a tese de criarmos um diferente modelo mundial de economia, com novas moedas. Isso não é fácil, não vamos conseguir fazer de forma tão simples, Deputada Luiza Erundina, basta ver a experiência. Há poucos dias, ninguém mais queria dólar. Bastou uma pequena crise e valorizou-se a moeda americana, que ainda é o refúgio. Poucos países têm uma moeda que seja a mesma há mais de 100 anos, que não desvaloriza, que mantém o seu valor, onde um Estado tenha capacidade de emitir, senhores, dívida perpétua. Qual é o país que tem capacidade de emitir bônus perpétuo? As famílias americanas compram títulos americanos sem vencimento. Só a moeda americana. Então, não é fácil virmos com uma ideia de uma moeda do sul, diferenciada. A Europa mostrou o fracasso do euro. Hoje, a Grécia, por exemplo, gostaria de tomar atitudes diferenciadas, mas não pode, por quê? O orçamento é do país, típico, mas a sua moeda é diferente, o que a torna totalmente engessada.

Eu sou admirador de um economista, falecido, que tinha uma clareza muito grande sobre economia, chamado Roberto Campos. Na época, ele dizia: *“O euro vai ser um fracasso, não tem jeito. Quem valoriza excessivamente a sua moeda não terá prosperidade”*. E é isso que está acontecendo na Europa.

Quanto à criação do Banco do Sul, nós temos instrumentos financeiros potencialíssimos. Deveríamos convidar os nossos parceiros do MERCOSUL, da América Latina, para se associarem ao BNDES, que é do Brasil, por exemplo. Para que criar um novo instrumento financeiro chamado Banco do Sul?

Os Governos são culpados pelas dívidas e crises no mundo. Aqui eu dei vários exemplos que deveríamos seguir. Temos que fiscalizar melhor os nossos governantes. Na eleição, damos-lhes carta branca, e não é assim. Eu, que estou aqui há cinco anos, fico, muitas vezes, indignado quando o Congresso vota uma determinada lei, mas abaixo está escrito o seguinte: *“Levem-se à Receita Federal ou ao órgão do Estado as prerrogativas para fazer as instruções normativas*



adequadas”. Aí, elas tornam-se mais fortes, muitas vezes, do que as leis que aprovamos nesta Casa. Então, há muita mudança para fazermos, há estruturação. O fortalecimento do Legislativo, por exemplo, está baixíssimo. Aqui, tudo quem pode e faz é o Executivo.

Então, meu caro Deputado Chico Alencar, estou muito satisfeito de aqui dar o meu palpite, lançar as minhas ideias, um pouco diferentes das de muitos que aqui falaram. Mas é assim que funciona a democracia. Nas ideias divergentes é que se pode construir uma convergência positiva.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Chico Alencar) - Obrigado, Deputado Alfredo.

Foi importante esse contraditório, esse contraponto, porque o que o Deputado Alfredo trouxe aqui, embora, suponho, francamente, minoritário nesta sala, neste seminário, representa o pensamento predominante no Brasil, inclusive na era Lula, ao qual ele se opõe. Alguns eixos centrais desse caminho que S.Exa. considera mais razoável foram mantidos. Estamos aqui para debater.

Por falar em divergência, eu, como Presidente desta sessão — logo, nesta etapa final, passarei a Presidência dos trabalhos para o Deputado Ivan Valente —, acuso o recebimento de um manifesto, um pronunciamento de 10 entidades da Bolívia, da Nicarágua, do Equador, da Costa Rica, do Peru e do Brasil em relação ao financiamento do BNDES para a estrada Villa Tunari-San Ignacio de Moxos, na Bolívia, que tanto celeuma causou. (*Palmas.*) O documento pede que o Parlamento brasileiro tome algumas ações no sentido de verificar o financiamento do BNDES, a legalidade do contrato, a ação da OAS neste e em outros projetos na Bolívia, inste a revisão desse crédito, e assim sucessivamente. Tenho de reconhecer que o fato de o Presidente do Estado Plurinacional da Bolívia ter suspenso a obra depois de conflitos e agressões inaceitáveis do próprio Estado, do seu braço armado contra os indígenas, é também uma novidade. No Brasil, não estamos acostumados com isso. Belo Monte vai de vento em popa, por exemplo. Então, há divergências, sempre, saudáveis.

Deputado Ivan Valente, vou chamá-lo para presidir os trabalhos, já que o Deputado Jean Wyllys, por sua excessiva humildade, abriu mão dessa tarefa — não é por preguiça, ele vai ficar aqui até o fim. Suponho que, como houve atraso de



meia hora para o início da reunião, compensaremos essa meia hora. O horário previsto para o término era às 12h30min, agora será para pouco mais de 12h30. Sugiro, *ad referendum* do futuro Presidente da sessão, que façamos o roteiro inverso da Mesa: 10 minutos para cada palestrante, debatedor, a partir da Sra. Maria Lúcia. Pode ser assim? As senhoras e os senhores aceitam? Isso, inclusive, para respeitar a rotatividade de gênero, que queremos cada vez mais igualitário. Começou com o Sr. Eric Toussaint, agora começa com a Sra. Maria Lucia.

Deputado Ivan Valente, por favor.

A SRA. MARIA LUCIA FATTORELLI - Obrigada, Deputado Chico Alencar.

É uma pena que o Deputado Kaefer Alfredo não tenha ficado aqui para escutar o contraponto. É claro que discordamos de suas posições. Esclareço ao Plenário, em relação ao número que apresentamos e que ele disse não estar certo, que, tenho certeza, ele não leu as análises técnicas que fizemos como assessores da CPI da dívida, formalmente constituídos. Os nossos estudos comprovaram que o Tesouro está classificando como se fosse amortização uma parte dos juros. É só fazermos uma conta rápida e provamos isso. Por exemplo, a dívida já está em 2,5 trilhões. Ainda que tivéssemos utilizado o patamar de 2 trilhões, lá atrás, em 2009, com uma média de juros de 13%, são 260 bilhões de juros. Isso tudo, por baixo, são 260 bilhões. Então, de cara, vemos que o número a que o Deputado se refere, de 100 bilhões de juros, corresponde exatamente ao valor dos juros que o Governo chama de juros reais, o que supera a inflação. E nem sabemos qual o índice que o Governo está utilizando, porque não há transparência nisso. Nem para a CPI foi respondido o requerimento, aprovado várias vezes nesta Comissão, para informar o montante dos juros nominais efetivamente pagos. Não existe transparência nos números da dívida, várias manobras são feitas: os juros reais, só os que ultrapassam a inflação; a dívida líquida, que é outra jabuticaba. Só no Brasil se calcula dívida líquida, o que não tem sentido nenhum. Inclusive, ao calcular a dívida líquida, exclui-se o montante do passivo externo líquido, que é uma obrigação do País com o exterior. Portanto, até errado esse cálculo está. O número 635 bilhões inclui juros e amortizações da dívida, conforme está escrito no gráfico, provado por números do SIAFI, sistema de contabilidade governamental.



Outra questão. Quando o Deputado Kaefer manifesta-se sobre as políticas monetária e cambial do Governo Lula, ele faz crítica inclusive ao Henrique Meirelles, que é do seu partido. O Meirelles foi eleito Deputado pelo PSDB. Quando Lula foi a Washington, antes de assumir o poder, nomeou Henrique Meirelles. O Henrique Meirelles foi nomeado em Washington, é preciso que se registre.

Quanto às privatizações, nem vou entrar neste debate, por considerar motivo para outro seminário, outra auditoria, outra investigação, afinal nós entregamos áreas estratégicas e lucrativas. O Estado é para cuidar, sim, de saúde, de educação e de assistência, concordo com o que ele disse, mas não poderíamos ter entregado a nossa energia, as nossas comunicações, as nossas terras. Ao entregarmos a Vale do Rio Doce, entregamos um patrimônio nacional, estratégico, lucrativo. *(Palmas.)*

Enfim, eu tenho que responder rapidamente, respeitando o tempo. A CPI, primeiro, não fez auditoria, mas apenas investigação. A auditoria está por ser feita; segundo, quanto a se fazer auditoria, ele está totalmente equivocado: não é olhar para trás, mas olhar para a frente. A auditoria é que vai jogar luzes onde estamos. Quem não conhece as suas raízes está boiando, e qualquer ventinho sopra para qualquer lugar. Temos que conhecer as nossas raízes, e o legado da CPI é da sociedade. A CPI, embora não seja uma entidade de auditoria, permitiu que a sociedade pela primeira vez conhecesse um pouco do que aconteceu desde a ditadura militar no nosso querido Brasil; permitiu comprovar as impressionantes semelhanças com o que conhecemos no Equador; permitiu que chegássemos a esse marco, inclusive, de chamar a coisa de “sistema da dívida” — porque muita coisa, queridos Parlamentares, não é dívida, é usurpação do sistema de endividamento público, que deveria aportar recursos ao Estado e está servindo para sangrar os recursos do Estado. Isso não é dívida! E todos nós da auditoria da dívida pública fazemos questão de pagar o que devemos. Aliás, temos certeza de que já pagamos. Mas nos negamos a pagar dívida ilegal, dívida corrupta, dívida odiosa que está sendo paga à custa dos milhões de miseráveis. *(Palmas.)* E agora não falo em nome dos miseráveis do Brasil, só, mas dos milhões de miseráveis de todos os continentes, porque agora o norte está incluído. O sistema da dívida está privilegiando somente o setor bancário e sangrando e colocando povos de joelhos.



Quanto ao seguimento da Auditoria Cidadã da Dívida, querido Jean Wyllys, ela está entregue oficialmente ao Ministério Público, em ato público que contou com os oito Parlamentares que assinaram o relatório do Deputado Ivan Valente, com o testemunho das entidades que apoiaram a Auditoria Cidadã da Dívida durante todo o processo da CPI. *(Palmas.)*

O Ministério Público já formou um grupo e nos convocou para reuniões oficiais, inclusive com a presença do Deputado Ivan Valente. Cremos que está dando seguimento, mas precisa, sim, do empurrão da sociedade civil. Portanto, o principal legado da CPI é da sociedade.

A questão da saída política para a crise, querida Deputada Luiza Erundina, é o conhecimento. Só através do conhecimento, a sociedade pode se levantar. Os marcos do capitalismo, a acumulação, o lucro, o individualismo, a financeirização, a dominação da imprensa, do poder, financiamento de campanhas, ausência de limites para a exploração do planeta, tudo isso está esgotado. Agora, é o planeta que nos coloca limites. E o novo já está surgindo, como V.Exa. mesmo levantou, no movimento de mulheres, no movimento da sociedade, na economia solidária. Além do Pedro Paez, o Marcos Arruda também puxa essa bandeira. O novo já está nascendo na auditoria da dívida e precisa nascer.

Seguimos denunciando.

Deixo as outras respostas para os demais representantes da Mesa, porque concluí meus 10 minutos.

Agradeço imensamente aos membros desta Comissão a oportunidade de falar neste plenário. *(Palmas.)*

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivan Valente) - Agradecemos à Maria Lucia Fattorelli sua participação. Na ocasião em que foi feita uma requisição pela CPI, pudemos testemunhar seu trabalho incansável, sua tenacidade como Coordenadora da Auditoria Cidadã. Fizemos um relatório paralelo que acabou no Ministério Público Federal do Brasil.

É interessante porque as pessoas às vezes pensam que a auditoria vai ser feita no Poder Legislativo. No Equador, ela foi feita pelo Governo daquele País e com uma estrutura de investigação. Aqui foi feita uma investigação primorosa para o



tamanho da equipe que tratou de investigar, de pesquisar e de formular uma proposta alternativa por meio do voto separado, constatando os diversos momentos por que passou a CPI. As ilegalidades foram constatadas, mas não aceitas pelo Governo.

Agradecemos à Maria Lúcia.

Recebemos agora a informação de que a nossa convidada Sofia Sakorafa, Deputada do Parlamento Grego, necessita viajar.

Precisamos de tradução para ouvir a Sra. Sofia, mas eu estou entendendo tudo que ela está escrevendo em Grego ali.

Peço licença ao Sr. Pedro Paez para alternar a ordem e dar prioridade ao gênero agora.

Passo a palavra a nossa convidada, Deputada do Parlamento Grego.

Agradecemos muito sua presença no Parlamento brasileiro. Sinta-se bem-vinda. A experiência de vocês para nós é muito rica, muito importante. Não só os Parlamentares, mas particularmente o povo grego têm dado demonstrações de resistência muito importantes naquele país europeu.

Queremos que leve um abraço solidário e companheiro de todos os que lutam contra a hegemonia do capital financeiro no Brasil também.

Com a palavra a Deputada Sofia Sakorafa.

Antes, com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Haviam me perguntado qual o partido da Deputada Sofia. Ela é do PASOK, partido socialista, mas está em franca divergência com as condutas políticas. Sabemos bem o que é isso e somos solidários. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivan Valente) - Obrigado, Deputado Chico.

Com a palavra a Deputada Sofia.

A SRA. SOFIA SAKORAFÁ - *(Exposição em grego. Tradução simultânea.)* -

Quero dizer e falo com toda a franqueza que, assim que cheguei aqui, que pisei em Brasília, que fiz a primeira respiração, eu estava meio melancólica, meio triste e meio abatida. Estou saindo com uma sensação não apenas de positividade, mas de bem-estar, que não sentia há muito tempo.



Queria agradecer muito a todos os senhores pela hospitalidade e recepção e principalmente queria agradecer à minha amiga Maria Lucia.

Peço permissão ao Sr. Eric, porque nos deram a possibilidade, na escuridão que sentimos como povo desde o primeiro momento desta crise, de vermos um raio de esperança de que podemos resistir e lutar para mudar as coisas do caminho em que nos guiavam.

O meu país está em situação muito difícil, tanto o país quanto o povo. Nós tínhamos arrumado a nossa vida, estávamos trabalhando, tínhamos uma vida bonita, alegre, uma pátria bonita. Somos um povo hospitaleiro e queremos que o povo venha. Isso mudou, inverteu-se de um momento para outro sem podermos compreender o por quê. Nós não temos culpa, os cidadãos não têm culpa nenhuma.

O que me dói ainda mais é o fato de que somos obrigados, neste momento, a tentar mostrar para o cosmo inteiro outra visão e inverter a imagem que eles criaram sobre o povo grego. Não somos preguiçosos, não somos sem credibilidade, não somos um povo que não segue ordens. Essas características não são nossas e estão-nos ofendendo.

Se olharmos a história do meu país — e peço uns dois minutos apenas —, veremos todos que é uma história cheia de dores. O meu país esteve sob o domínio turco por quase 400 anos. Para se erguer disso, foi preciso muita luta e derramamento de sangue. Tivemos ocupação alemã, passamos muitos anos sob o mesmo procedimento. Eles roubaram tudo do nosso país, destruíram, queimaram e, ainda por cima, pegaram empréstimo do nosso dinheiro e nunca nos devolveram nada, nunca nos indenizaram. O povo grego teve que lutar sozinho para erguer a cabeça. Pegamos empréstimos muitas vezes, desde o primeiro momento, mas não para beneficiar o povo grego. Desde o primeiro empréstimo, apenas um terço foi para o povo grego, os dois terços restantes nunca chegaram à Grécia. A mesma coisa aconteceu com esses empréstimos.

Devo dizer que a Grécia está pagando um empréstimo feito 80 anos atrás. Já pagamos mais que duas vezes. Como pode um povo, com esse procedimento, erguer a cabeça e seguir em frente?

A Grécia conseguiu, e estávamos aqui até recebermos essa batida também. Acho que vamos conseguir, apesar de eles terem usado este método muito



conhecido aqui: o choque, o terror e tudo em cima da mesa para aquilo que é seu povo, e o povo não pode reagir. Nós ficaremos em pé, lutaremos e ganharemos essa luta também.

A mensagem que trouxeram o Eric e a Lucia Fattorelli trouxeram à Grécia, há algum tempo, foi esse raio que mencionei há pouco, que é exatamente o que aconteceu no Equador: um povo muito cansado e pressionado pelas grandes forças estrangeiras, através de empréstimos ilegais, conseguiu anular uma parte dessa dívida, conseguiu não pagar e agora está num procedimento de reforma. Também queremos fazer a mesma coisa. Já começamos, lutamos por isso, e acredito que no final conseguiremos.

Mencionei o Péricles, há pouco, no meu discurso. E ele havia dito que o nosso regime político chama-se democracia porque o Governo está nas mãos de muitos, não de poucos. Quero acrescentar que, quando nos tornarmos muitos e pegamos o Governo nas nossas mãos, mudaremos o regime político, levantaremos a cabeça e enfrentaremos os oportunistas, que estão oprimindo os trabalhistas, mudaremos a vida, criaremos visão e usaremos a mídia a nosso favor.

Neste momento a mídia está jogando o jogo do grande capital. Em nossas lutas, nunca fomos ouvidos pelo mundo, e o que conseguimos até agora não está sendo divulgado. O que a Malásia e o Equador têm sido conseguido não está sendo divulgado. De repente, teremos de voltar ao método antigo da política, em que o político batia em porta a porta tentando convencer o cidadão sobre suas ideias e suas visões e de que teria força para mudar o mundo. Estamos aqui e mudaremos este mundo porque é um mundo mau para acreditarmos que seja real.

Agradeço de coração. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivan Valente) - Agradeço à Sra. Sofia Sakorafa, Deputada do Parlamento grego, sua vinda ao Brasil e sua participação, que nos enriqueceu com sua experiência. *(Pausa.)*

Estamos premidos pelo tempo. Peço ao Sr. Pedro compreensão porque o Sr. Eric Toussaint também está com problema de voo, pois o seminário estava marcado para encerrar às 12 horas. Então, passo agora a palavra ao Sr. Eric Toussaint, da Bélgica, Presidente do Comitê para a Anulação da Dívida do Terceiro Mundo, e, em seguida, ao Sr. Pedro Paez, do Equador.



Com a palavra o Sr. Eric.

O SR. ERIC TOUSSAINT - (*Exposição em espanhol. Tradução simultânea.*) - Obrigado.

A participação do Deputado do PCdoB ao menos gerou algumas ideias úteis para usarmos os músculos da face e podermos rir, o que ajuda a melhorar as quatro horas de reunião. Está claro que ele apresentou uma visão totalmente ideologizada da realidade. É impressionante. Com ele podemos falar de utopias capitalistas, que ele apresentou, o que é uma maravilha.

Sigo a sua argumentação sobre como começou a crise nos Estados Unidos, em 2007. Certamente, nos Estados Unidos, existe socialismo, como ele falou da Grécia e de outros países europeus que estão em crise. Quando se refere à Coreia do Sul como modelo, país que foi uma ditadura militar durante 35 anos e não aplicou o modelo do Banco Mundial, perguntamos qual é o conhecimento da realidade.

Há um ponto extremamente importante que a Sra. Maria Lucia levantou com precisão. Não acredito que seja fundamental o ponto mencionado pelo Deputado do PSDB, Alfredo Kaefer, porque seu argumento estamos escutando em todos os países. A rolagem da dívida, o *rollover* da dívida, não tem que entrar nas contas. Essa declaração funciona quando um país consegue refinar sua dívida externa a baixo custo, a um preço baixo. Isso funciona. É possível esconder o *rollover*, tirá-lo das contas públicas, quando um governo tem acesso ao financiamento, porque pedem crédito de 2%, 3%, muitas vezes até menos se for um país do norte, e conseguem refinar a curto prazo e tirar daí. Mas a demonstração com a Grécia, com a Irlanda, com Portugal e agora com a Itália e a Espanha é de que isso não funciona quando os mercados financeiros decidem chantagear um país e começam a exigir o triplo da porcentagem. Isso acontece. Aconteceu com o Brasil várias vezes. É incrível perder a memória disso, esquecer isso e dizer às pessoas que não há problema. Isso é exatamente o que tentei demonstrar.

Graças à taxa de juros muito baixa nos Estados Unidos, um país como o Brasil, que paga primas de risco baixo a nível histórico com relação à outra época, pode fazer a rolagem da sua dívida. Mas, se houver mudança nos preços das *commodities*, os mercados vão determinar que o Brasil não tem mais a mesma



possibilidade de garantir o pagamento. Vamos exigir primas de risco, que vão aumentar. Isso é fundamental. Temos que nos preparar para isso.

Dizíamos que agora isso é problema não só da Grécia, da Irlanda e de Portugal, mas também da Espanha, da Itália, da Bélgica e prontamente o será da França, porque as agências de notação estão degradando o que está ocorrendo.

Quando um governo, como o belga ou o francês, que, segundo o colega Alfredo, são socialistas — talvez Nicolas Sarkozy seja um socialista inconsciente, pode ser; comunicaremos isso a Nicolas Sarkozy... Eles estão reescalando, fazendo salvação do Banco Dexter. O que vai acontecer? Farão a transferência da dívida privada para a dívida pública. O que dirão as agências de notação Standard e Moody's? Dirão: aumenta a dívida pública francesa, vamos degradá-la, passar de 3A a 2E ou 1E ou 1A, e subir as taxas de juros que a França vai pagar.

Um segundo ponto foi a pergunta do Deputado Ivan Valente direcionada a mim: quais as consequências da aceleração da crise na Europa para países como o Brasil? Uma consequência possível — digo possível, não digo que seja automática — é que grandes empresas financeiras, que estão ameaçadas e estão investindo e têm extrema liquidez à sua disposição no mercado dos *commodities*, empresas como o Santander (*falha na gravação*) que retira... O Banco Santander, oficialmente, em uma publicidade no *The Economist* — eu a tenho aqui — que apresenta seus resultados no primeiro semestre de 2011, disse que o Brasil representa 25% do seu lucro. A Espanha, a casa matriz, 12%; Portugal, 2%; Brasil, 25%.

O que eu quero dizer? Se o Santander, o ING, o BBVA, o BNP Paribas, que têm investimentos no Brasil e investimentos em mercado de *commodities*, tiverem problemas, vão ter que tirar a liquidez que eles têm do mercado de *commodities*, onde especulam, para repatriar em suas contas, para sanar, corrigir as suas contas. Isso pode ocasionar uma queda das *commodities*, provocada por uma crise bancária, que normalmente não tem nada que ver, mas que, sim, tem que ver.

Digo, não há certeza de que isso ocorra, mas isso pode acontecer. A bolha financeira no setor de *commodities* pode explodir em consequência de uma crise bancária na Europa ou nos Estados Unidos. Falamos da Europa, mas o maior banco norte-americano, o Bank of America, tem grandes problemas e pode também entrar



em queda e precisar arrumar as suas contas e tirar dinheiro do mercado de *commodities*.

Concluo respondendo à Deputada Luiza Erundina. Lembro, Deputada Luiza, que estive no I Congresso do PT, em dezembro de 1991, em São Bernardo do Campo. A senhora era Prefeita de São Paulo, e nós fizemos um *workshop* sobre o modo petista de governar. Eu me lembro muito bem dessa época.

Naquela época eu tinha uma excelente relação com o Presidente Lula, que me declarou que, se chegasse ao poder, não ia continuar pagando uma dívida ilegítima. Eu me lembro muito bem disso. Eu o convidei para ir à Bélgica, com Marco Aurélio Garcia, e nos encontramos numa data. Quando o encontrei pela última vez, em 2003, Lula já era Presidente e me convidou para uma ronda de negócios em Genebra. Na época ele me disse: “*Vamos convidá-lo para uma reunião com a fundação do partido para um debate sobre a dívida*”. Mas nunca chegou esse convite. Eu estou disposto a responder a um convite do PT para um debate sobre a dívida. É extremamente subversivo.

Termino dizendo que, de alguma maneira, o colega Alfredo está correto. O modelo neoliberal não morreu. Ele está esgotado, isso é verdade, mas se não houver mobilizações por parte dos povos, o modelo neoliberal vai continuar. Na Europa temos mais neoliberalismo do que há cinco anos, e nos Estados Unidos, também. Por quê? Porque o nível de resistência social é ainda insuficiente.

Teremos uma viagem ao neokeynesianismo ou haverá uma saída anticapitalista, quer dizer, socialista, se existirem grandes mobilizações populares. Vejam bem, se tivéssemos conhecido grandes mobilizações populares, talvez Barack Obama tivesse feito uma viagem, como fez Roosevelt, em 1933, frente à greve na Ford, na General Motors, mas Obama continua com o plano de ideia mais parecido com o de Bush, aí, temos mais neoliberalismo. Sim, eu penso que se pode criar a utopia socialista. Inclusive acredito que precisamos recriar a utopia socialista para o bem comum.

E são esse jovens, os indignados da Porta do Sol, em Madrid, os indignados da Praça Sintagma, em Atenas, os indignados de Wall Street, que protestam frente à Bolsa de Valores, e em outras cidades dos Estados Unidos, que podem nos ajudar a recriar as utopias socialistas e transformá-las em um projeto real.



Muito obrigado. *(Palmas.) (Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivan Valente) – Queremos agradecer mais uma vez ao Eric Toussaint pelas contribuições sempre valiosíssimas que dá com suas vindas ao nosso país e por pensar globalmente a saída anticapitalista com a utopia socialista e nos ajudar a pensar e trilhar esses caminhos.

Obrigado Eric. Não sei se você já vai sair ou vai ficar mais um pouco... *(Pausa)* Vamos nos despedir do Eric e passar a palavra ao Pedro. *(Palmas.)*

O SR. PEDRO PAEZ - *(Exposição em espanhol. Tradução simultânea.)*
Todas as perguntas por parte dos companheiros, sem exceção, foram muito interessantes, muito importantes, mas, para ser justo, precisaremos de um seminário para cada uma delas. Vou tratar de comentar rapidamente alguns desses temas que talvez seja importante alocar.

Primeiro, a auditoria da dívida é um tema crucial, mas, ao mesmo tempo, elementar. Vejam que o tema das auditorias faz referência às anomalias, às irregularidades. Cuidado! Perdemos de vista o que é normal e o regular dentro da dívida e, por isso, temos que atacar as raízes do problema, que geram, de forma endógena, a necessidade de nos desesperar pela poupança externa, seja através de dívidas ou de investimento estrangeiro direto, gerando todo tipo de atrativo — cedendo soberania nacional, privatizando, baixando os *standards* trabalhistas, ambientais, tributários, para atrair, de forma desesperada, a poupança externa.

Vejam que loucura! A América Latina tem 720 bilhões de dólares em reservas monetárias internacionais, somando ainda a isso os fundos de pensão, os parafiscais, os de estabilização de vários tipos, os soberanos. Somem a isso os depósitos da poupança dos latino-americanos que os bancos privados colocam rendendo no exterior; somem a isso todos os recursos do setor privado financeiro e não-financeiro, estamos falando de uma quantidade gigantesca de recursos, que, sistematicamente, a América Latina está gerando e que não podemos utilizar, mas que mesmo da perspectiva mais neoliberal que se apresente — pena que o Sr. Deputado ainda não voltou — não é possível defender que se coloque todo esse portfólio gigantesco a cerca de 0% de interesse, e com o risco de perder esse dinheiro a qualquer momento.



Não é um problema de esquerda ou de direita. Não existe como justificar que a América Latina esteja todo o tempo ainda pedindo dinheiro emprestado enquanto tem todo esse dinheiro lá fora com 0% de juros — e com risco, insisto, de que se perca esse dinheiro. Não é possível que continuemos pedindo emprestado a 12%, a 18% de juros. Essa é a loucura, a insensatez macroeconômica que estamos vivendo agora, neste momento, e temos que dar agora, neste momento, uma resposta para isso.

Avançamos nesse sentido de forma extremamente significativa, com todas essas propostas, como o marco da construção da UNASUL. Infelizmente, querem dar um golpe de mão, roubar e jogar pela janela a antiga estrutura financeira, reciclando-a como agora fazem os portadores dessa alternativa de emergência frente à crise.

Penso que é muito bom que as velhas instituições da velha estrutura financeira se alinhem e respeitem, agora sim, o mandato soberano dos povos; que não venham impor e dizer: “*Estas são as condições e estes são os projetos para os quais posso emprestar dinheiro a você, como tenho feito até o momento*”, mas o que aconteceu não foi isso.

Precisamente, esse esgotamento do neoliberalismo é uma ilusão muito perigosa porque, de fato, o que vemos é o fortalecimento das instituições da velha estrutura financeira. O Fundo Monetário Internacional viu cair sua carteira de 130 bilhões de dólares para 11 bilhões de dólares e, logo, com o aporte dos capitais dos países do Sul que se encontram no G20, multiplicou por 10 o seu capital anterior; agora tem cerca de 1 trilhão de dólares para seguir impondo políticas neoliberais, as mesmas que, sob qualquer critério técnico, se mostraram falidas na América Latina — o próprio Fundo Monetário Internacional as reconheceu como falidas — e agora estão sendo impostas mais uma vez na Europa.

O mesmo acontece com a capitalização que fizeram os países da América Latina ao Banco Interamericano de Desenvolvimento. Insiste-se, na atualidade, que se faça uma nova capitalização para o enfrentamento da crise, isso alguns anos depois de o Banco Interamericano de Desenvolvimento ver-se obrigado a reconhecer que havia perdido um quinto do seu capital social por fazer investimentos em ativos tóxicos. O que faz um banco de desenvolvimento para a



América Latina jogando os dados viciados nessa economia de cassino? O que faz colocando esse dinheiro em derivados financeiros e nos Estados Unidos? Isso é o que está acontecendo agora; isso é o que se está discutindo na UNASUL neste momento.

Que se capitalize a Corporação Andina de Fomento. É magnífico que se incorpore a Corporação Andina de Fomento, mas faz muito tempo que se deixou de considerar prioridade o tema do investimento em desenvolvimento, em infraestrutura.

A pauta mais dinâmica tem a ver com o combate à pobreza. Por favor, prestem atenção nisto: a pauta mais dinâmica da Corporação Andina de Fomento tem a ver com o combate à pobreza. Magnífico, diríamos. Mas se formos ver do que se trata, é dívida externa para contratar consultores estrangeiros especialistas em “pobretologia”. Se esses recursos fossem realmente para os setores populares, para desenvolver a economia popular, para potencializar o papel das mulheres no seio de suas comunidades, seria outra coisa, mas nada disso aconteceu. É dívida externa para consultores estrangeiros — às vezes, os latino-americanos são piores do que os gringos, não é verdade? — especialistas em “pobretologia”.

O Fundo Latino-Americano de Reservas, que hoje em dia conta como membros Brasil, México, Argentina, Chile, está sendo incorporado a esses países, está sendo capitalizado, quando, ano após ano, vem mostrando perdas por investimentos em ativos especulativos. No plano de investimentos convocado para este ano, está propondo que se intensifique a especulação no mercado de alimentos como projeto latino-americano! Por favor! Também existe a dimensão ética, como disse a Deputada Erundina!

Aqui se falava do Bank of America. Um terço de todos os investimentos, de todas as colocações do Fundo Latino-Americano de Reservas é feito no Bank of America, que foi denunciado, conforme documentada por Bloomberg, por lavagem de dinheiro oriundo das drogas.

Então, também deveria existir uma vigilância cidadã, uma auditoria cidadã em toda a América Latina com relação a essas instituições, que são nossas, porque pagamos por elas; não são instituições beneficentes. Nós injetamos dinheiro, estamos financiando esses burocratas, estamos financiando essas autoridades do



Banco Interamericano de Desenvolvimento, do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, da Corporação Andina de Fomento, da (*ininteligível*), da ALADI etc. Temos que criar novas instituições porque as anteriores não estão à altura das necessidades. Justamente é disso que se trata.

Aí há um ponto importante com relação ao que nos falavam os dois companheiros, e acredito que tem a ver com a caracterização dessa conjectura. Essa é uma crise civilizatória e podem ter iguais oportunidades duas opções políticas e históricas diferentes. Tudo vai depender da acumulação das forças, da disputa ideológica, e aí vem o tema dos meios, da formação de alianças, de coalizões políticas de longo prazo.

Eu acredito que precisamente a disputa ao que até o momento está se fortalecendo, que é o cenário mais negativo, mais autoritário, em que o neoliberalismo continua tendo um papel fundamental, não somente pelo que conversávamos, o recrudescimento da capacidade do Fundo Monetário Internacional para a chantagem, do recapeamento das instituições, da velha arquitetura financeira, mas que secretamente, na Organização Mundial do Comércio, se está, por exemplo, decidindo neste momento, se está disputando, o Equador quase solitário, disputando para a cúpula mundial deste dezembro, para que se abra a oportunidade a todos os países e que todos tenhamos direito a espaços políticos para enfrentar a crise e que seja separada da agenda neoliberal.

Entre as disposições que desejam implementar neste momento, imediatamente, está um consenso aprovado por todos os países latino-americanos para que exista total desregulamentação das normas contábeis. Esse é outro consenso aprovado por países latino-americanos que restringe a capacidade da América Latina, de cada um dos países, para regular mais de uma vez derivados financeiros.

Esse tipo de alerta requer margens de coordenação mais fluidas e ágeis que possam permitir e bloquear essa agenda oligárquica que, desde o segredo, desde a “invisibilização” e desde os mitos das impossibilidades que nos contam e que eles nos implantam, continua avançando numa espécie de *blitzkrieg*, sem que nos demos conta disso.



Eu acredito que, ao contrário, as propostas da nova arquitetura financeira não apenas são viáveis neste momento, mas, ao mesmo tempo, abrem as portas para viabilizar outro tipo de coalizões políticas.

Sobre a proposta da rede de trens em todo o continente, que o governo da América Latina, independente da cor, do partido que está no poder naquele momento, vai querer ficar à margem? A proposta da soberania alimentar, da soberania energética, isso vai mudar totalmente as condições com as quais atuam os atores políticos; isso vai mudar as atitudes da própria burguesia dentro dos nossos países, mas isso também vai mudar as atitudes de importantes frações do capital a nível internacional que estão se preparando para uma agenda da desestabilização e de conflito também na nossa geografia. Esta é uma oportunidade enorme para importantes frações do poder interno e externo para apostar em uma estratégia de longo prazo que vai pelo caminho da paz e pelo caminho do desenvolvimento.

Vamos seguir em frente, companheiros. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ivan Valente) - Queremos agradecer ao Pedro Paez, ex-Ministro da República do Equador, pela excelente contribuição que dá e parabenizar o seu país pelo papel de vanguarda que tem cumprido nessa direção e pelo exemplo que foi de que é possível ter uma política soberana, é possível construir uma alternativa política para os povos do Terceiro Mundo.

Aqui na América Latina, o Equador, apesar de ser bastante abafado pelos nossos meios de comunicação, sem dúvida é um exemplo importante na tomada de decisão, de uma escolha feita por um governo eleito, soberano, e como isso incidiu sobre a anulação de uma parte substantiva da dívida, recursos em dólar, que resolveram muitos problemas daquele país e, mais do que isso, deixaram a luz, a grande ideia de que é possível construir uma nova fórmula, uma nova ordem econômica. Eu espero que a nossa América Latina consiga encontrar esse caminho alternativo de não submissão ao Fundo Monetário Internacional, ao Consenso de Washington.

Agradecemos mais uma vez ao Pedro Paez, à Maria Lúcia, ao Éric Toussaint e à nossa Deputada Sofia Sakorafa.

Neste instante, vamos encerrar a reunião.



Parabenizo e agradeço a todos os convidados internacionais e nacionais a presença.

Um grande abraço a todos.

Parabenizo também os promotores do evento. *(Palmas.)*